

PROTOCOLO BIOCULTURAL E DE CONSULTA DA  
**Comunidade de  
Carangolinha de  
Cima - Divino, MG**  
DIREITO AO SEU TERRITÓRIO E AO AUTORRECONHECIMENTO COMO  
COMUNIDADE TRADICIONAL PÉ DE SERRA





PROTOCOLO BIOCULTURAL E DE CONSULTA DA  
**Comunidade de  
Carangolinha de  
Cima - Divino, MG**  
DIREITO AO SEU TERRITÓRIO E AO AUTORRECONHECIMENTO COMO  
COMUNIDADE TRADICIONAL PÉ DE SERRA

PROTOCOLO BIOCULTURAL E DE CONSULTA DA  
**Comunidade de  
Carangolinha de  
Cima - Divino, MG**

DIREITO AO SEU TERRITÓRIO E AO AUTORECONHECIMENTO COMO  
COMUNIDADE TRADICIONAL PÉ DE SERRA

**Realização**

Comunidade Carangolinha de Cima, Divino/MG  
Acervo Biocultural do Grupo Entre Folhas Plantas Medicinais (GEFPM)

**Apoio**

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata-CTA-ZM  
Comissão Pastoral da Terra - CPT

**Financiadores**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPQ  
Processo: 408793/2021-0. Projeto: Sociobiodiversidade em comunidades tradicionais  
da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais: pesquisa e educação intercultural

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG  
Processo: APQ-00763-22. Projeto: Pesquisa colaborativa em educação  
intercultural na formação de professores com foco na educação do campo

**Mobilização, Articulação e Coordenação Comunitária**

Renata de Souza Gomes

**Coordenação Técnica Institucional**

Thais Almeida Fernandez  
Fernanda Maria Coutinho de Andrade

**Apoio Técnico**

Jaqueline Evangelista Dias

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Protocolo biocultural e de consulta da comunidade de Carangolinha de Cima - Divino,  
MG [livro eletrônico] : direito ao seu território e ao autorreconhecimento como  
Comunidade Tradicional Pé de Serra. -- Viçosa, MG : Editora Asa Pequena, 2025.  
PDF

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-84589-60-5

1. Cartografia 2. Comunidades - Desenvolvimento 3. Comunidade de Carangolinha de  
Cima - Divino (MG) - História.

25-277188

CDD-307.14

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Comunidades : Desenvolvimento : Sociologia 307.14  
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

**Pesquisa de Campo**

Pesquisadores da equipe do Acervo Biocultural:

Renata de Souza Gomes, Janaína Carlos Correa Proeza, Mariana Carvalho de Paula,  
Alice Cristina de Sampaio e Silva, Lilian de Mattos Lopes Sant'anna, Emiliana Maria Diniz Marques

Pesquisadores Comunitários:

Moradoras e moradores da Comunidade de Carangolinha de Cima

**Produção de Conteúdo:**

Redação dos textos:

Mariana Carvalho de Paula, Alice Cristina de Sampaio e Silva,  
Lilian de Mattos Lopes Sant'anna, Renata de Souza Gomes, Thais Almeida Cardoso Fernandez

Revisão Técnica:

Alice Cristina de Sampaio e Silva, Mariana Carvalho de Paula, Thais Almeida Cardoso Fernandez;  
Fernanda Maria Coutinho de Andrade; Renata de Souza Gomes; Reinaldo Barberine;  
Marcelo Lelis Romarco de Oliveira; Liana Amin Lima da Silva

**Cartografia e Elaboração de Mapas**

Carolina Santos Natividade (mapa e cartografia popular),  
Comunidade de Carangolinha de Cima, equipe técnica do Acervo Biocultural do GEFPM  
Gustavo Soares Iorio, Lucas Magno, Júlio César Matheus, Pablo Pereira da Silva, Isabela L. P. Passini, Clau-  
dineia Aparecida Ferreira, Jean Carlos M. Silva, José Daniel de Oliveira, Luiz H. Vieira, Pablo Pereira da Silva  
(Mapa Popular do Município de Divino - Minas Gerais)

**Transcrição das Entrevistas**

Lilian de Mattos Lopes Sant'anna

**Fotos:**

Cedidas pela comunidade e equipe técnica para o Protocolo com autorização das/os responsáveis.

**Projeto gráfico e diagramação**

Carlos Joaquim Einloft  
Editora Asa Pequena

**Arte da Capa**

Mariana Carvalho de Paula

**Agradecimentos**

Todas as famílias da Comunidade Carangolinha de Cima.  
Todas as entidades parceiras da Comunidade: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata/CTA-ZM;  
Comissão Pastoral da Terra (CPT); Licenciatura em Educação do Campo (Licena/UFV);  
ARTICULAÇÃO PACARI RAIZEIRAS DO CERRADO; CNPq, FAPEMIG

**Validação**

Comunidade Carangolinha de Cima, Divino/MG

**Informações de Contato**

Para mais informações ou dúvidas, entre em contato através de nosso email: [entrefolhas@ufv.br](mailto:entrefolhas@ufv.br)

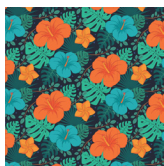
**Essa publicação é parte do Acervo Biocultural do Grupo Entre Folhas-Plantas Medicinais**

**Autores**

Moradoras e moradores da Comunidade Carangolinha de Cima

**Organizadoras**

Renata de Souza Gomes, Maria da Glória Damasceno Gonçalves Neves, Cristina Ribeiro Andrade,  
Vanilda Gomes Neto, Carolina Aparecida Matos Santos, Regiane da Silva Paula (Comunidade),  
Mariana Carvalho de Paula, Alice Cristina de Sampaio e Silva, Lilian de Mattos Lopes Sant'anna,  
Thais Almeida Cardoso Fernandez, Fernanda Maria Coutinho de Andrade



# SUMÁRIO

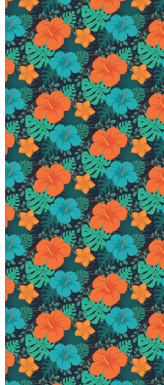
<b>1ª PARTE: PROTOCOLO COMUNITÁRIO BIOCULTURAL</b> .....	<b>5</b>
<b>IDENTIDADE DA COMUNIDADE E OBJETIVOS DO PROTOCOLO</b> .....	<b>7</b>
Caminhos trilhados na construção deste Protocolo .....	8
<b>TERRITÓRIO, ORGANIZAÇÃO E CUIDADO DA TERRA</b> .....	<b>16</b>
<b>Origens, Memórias e Histórias</b> .....	<b>25</b>
A escola do povo no Território.....	38
A Igreja da Comunidade.....	40
Tradições e Costumes .....	48
<b>Denúncias: conflitos socioambientais vivenciados pela Comunidade</b> .....	<b>54</b>
<b>Anúncios: a diversidade biocultural e a resistência da Comunidade</b> .....	<b>56</b>
Quintais biodiversos.....	58
Artesanato .....	60
Tecnologias Sociais e Saberes Ancestrais.....	61
Receitas tradicionais .....	63
Plantas Medicinais e Saberes Ancestrais.....	66
<b>REFLEXÃO COMUNITÁRIA SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROTOCOLO,   A PARTIR DA ORALIDADE</b> .....	<b>75</b>
<b>2ª PARTE: PROTOCOLO DE CONSULTA</b> .....	<b>77</b>
<b>PROTOCOLO DE CONSULTA</b> .....	<b>79</b>
Como nos organizamos? .....	79
Sobre o que devemos ser consultadas/os?.....	80
Quando devemos ser consultadas/os?.....	80
Quem deve ser consultada/o?.....	81
Quem fala em nome da Comunidade? .....	81
Quem toma as decisões? .....	81
Como devemos ser consultados? Como é tomada a decisão? Como o processo encerra? .....	82



**Comunidade de  
Carangolinha de  
Cima - Divino, MG**

# **PROTOCOLO COMUNITÁRIO BIOCULTURAL**





# IDENTIDADE DA COMUNIDADE E OBJETIVOS DO PROTOCOLO

A Comunidade de Carangolinha de Cima, localizada na zona rural do município de Divino/MG, no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB)<sup>1</sup>, que se autorreconhece como Comunidade Tradicional Pé de Serra, é constituída por 48 famílias agricultoras que preservam os modos de vida tradicionais.

*“Carangolinha é um pedaço do quintal da Serra. Pra gente cuidar da Serra precisa cuidar do nosso quintal”* (Renata, moradora da Comunidade de Carangolinha de Cima).

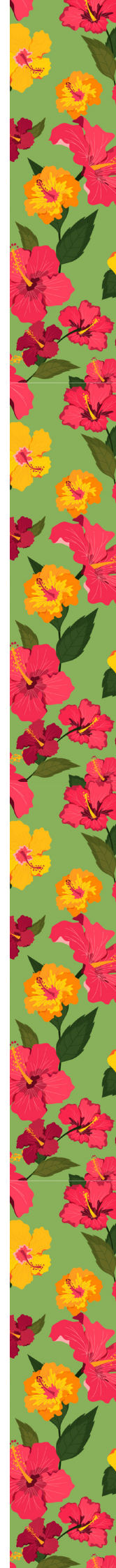
Há algum tempo, a Comunidade tem discutido a necessidade de registrar suas memórias e histórias para que não se percam no tempo, gerando algum documento que pudesse contribuir com a garantia dos direitos de permanência nesse território.

O Protocolo Comunitário Biocultural foi o caminho escolhido por possibilitar a dinâmica interativa entre os sujeitos envolvidos nesse registro, sendo construído da forma mais participativa possível, trazendo o protagonismo da Comunidade de Carangolinha de Cima no relato da sua história e de seu modo de vida.

Além disso, os Protocolos Comunitários foram reconhecidos como instrumento legal pela Lei 13.123/2015, conhecida como “Marco da Biodiversidade”, e têm sido adotados como instrumentos políticos de registro, salvaguarda e defesa de direitos de povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, a construção do Protocolo Biocultural permitiu considerar o legado histórico de lutas e desafios da Comunidade, fortalecer a identidade, os saberes e as práticas e a oportunidade de relatar/anunciar todo o potencial da sociobiodiversidade local, bem como denunciar as ameaças contra a vida.

<sup>1</sup> A partir da articulação popular foi elaborado o projeto de Lei nº 1133/2023, submetida à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que propõe a troca do nome do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro para Parque Estadual da Serra dos Puri, em função de se tratar de território do povo Puri, que, após a colonização, passa a habitar o entorno do Parque. Os modos de vida do povo foram determinantes para a conservação da biodiversidade da área, em que, atualmente, é a Unidade de Conservação.

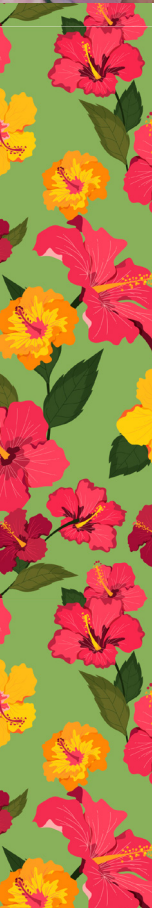




## Caminhos trilhados na construção deste Protocolo

A Comunidade de Carangolinha de Cima, a partir da parceria com o Acervo Biocultural do Grupo Entre Folhas Plantas Medicinais, da Universidade Federal de Viçosa, escolheu o caminho da produção do Protocolo Biocultural, como documento comunitário, popular, participativo e autoral, para registro de sua história e de seu modo de vida, na defesa de seu território ancestral.

Em diálogo, foram pensados os encontros comunitários e as metodologias populares para construção do Protocolo. O processo foi desenvolvido centralmente em rodas de conversa, encontros comunitários, e em diálogos com as famílias guardiãs dos saberes em suas casas. Ao longo dos dois anos e meio de construção do Protocolo, de dezembro de 2022 a abril de 2025, houve o envolvimento e a participação de todas as famílias da Comunidade, articulado centralmente pela própria Comunidade.



Apresentação da cartografia popular, uma das metodologias participativas utilizadas.





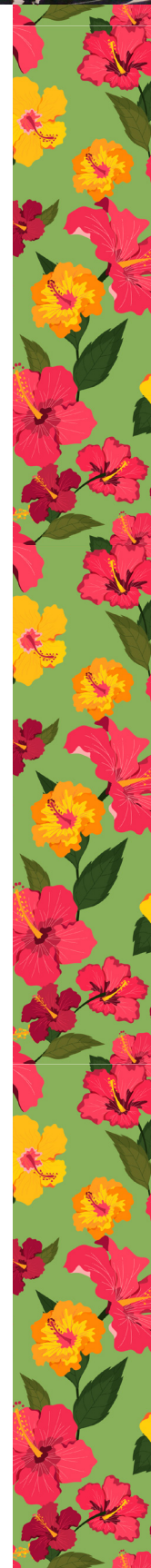
A Comunidade, por meio do protagonismo do grupo de mulheres e das crianças, foi fundamental na construção coletiva e na guiança das metodologias participativas utilizadas nos encontros comunitários, conduzindo as místicas de abertura das rodas de conversa, com muita arte (poesia, teatro e música), coletividade, fé, espiritualidade e comida ancestral, que alimenta o corpo e a alma.

Os temas dos encontros comunitários foram:

I	Os saberes e as plantas medicinais
	Os objetivos da construção do Protocolo para a Comunidade
II	Planejamento e definição das temáticas dos encontros
III	História da Comunidade e das famílias
IV	Agricultura Familiar e Agroecologia
V	Cultura, Anúncios e Denúncias
	Validação parcial do Protocolo
VI	Formação e Partilha do Protocolo com pesquisadora de grupo apoiador (Articulação Pacari das Raizeiras do Cerrado)
VII	Finalização do Protocolo Biocultural/Validação
	Início da construção do Protocolo de Consulta
VIII	Construção do Protocolo de Consulta
	Validação do Protocolo Biocultural

No V Encontro foi estruturada a Cartografia Popular, que sintetiza os anúncios e as denúncias da Comunidade, posteriormente digitalizada em mapas.

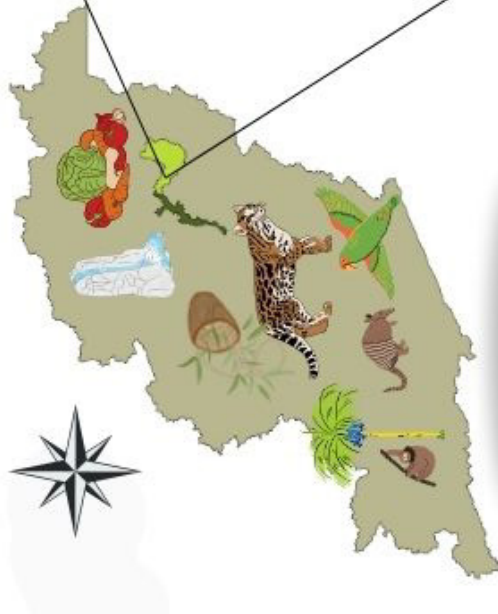
Paralelamente à construção do Protocolo, a comunidade participou também da produção da Cartografia Social do município de Divino, organizada pela Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro, PoEMAS, Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais. A partir desse, foi gerado o mapa popular do município de Divino, que possibilita entender os anúncios e denúncias na abrangência do município.



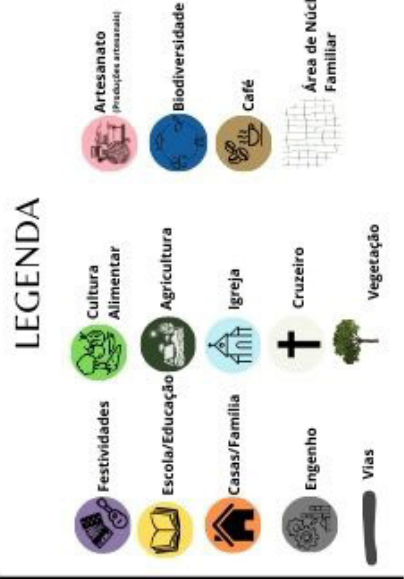
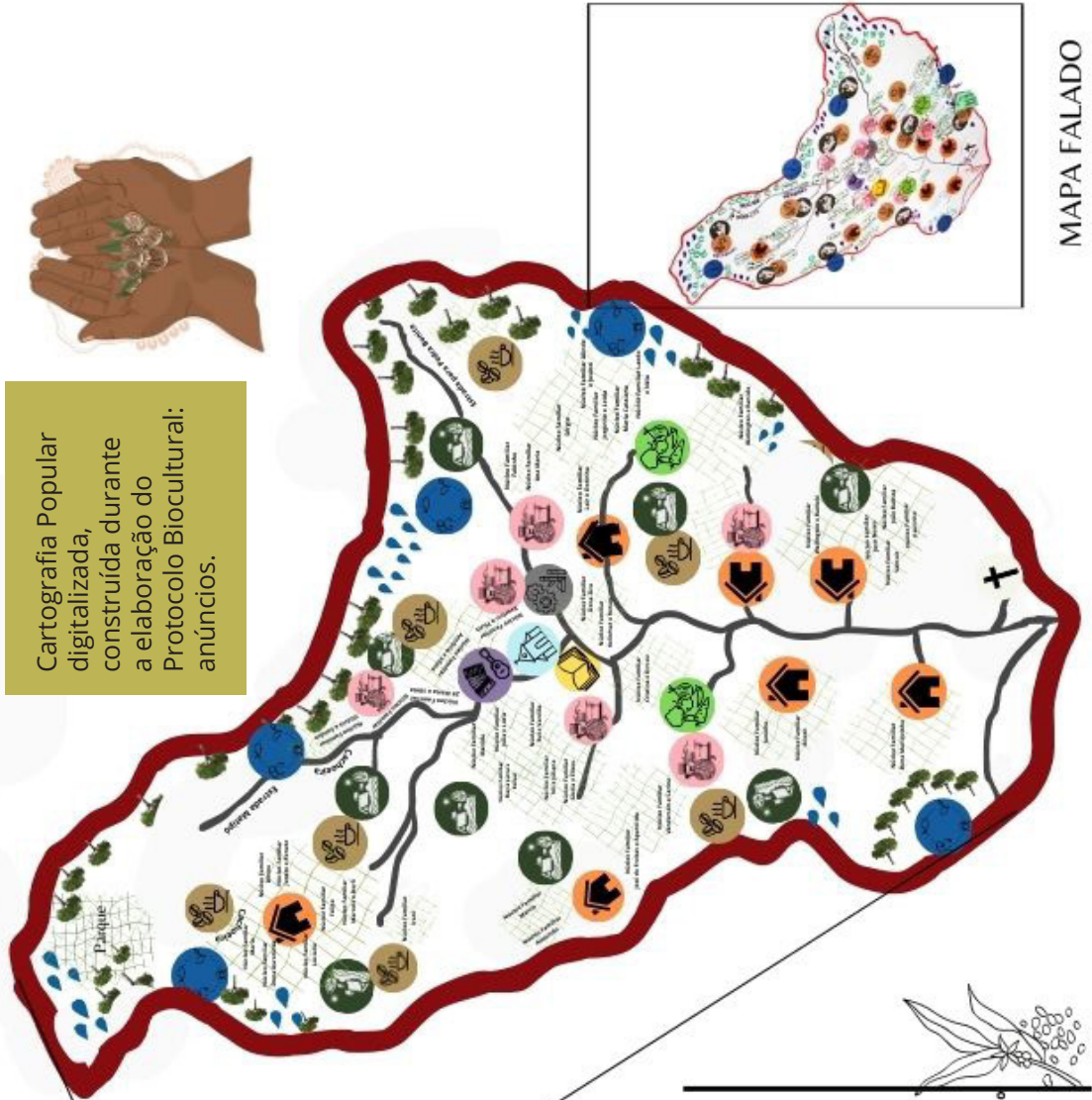
# CARTOGRAFIA COMUNITÁRIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE COMUNIDADE RURAL DE CARANGOLINHA DE CIMA /DIVINO-MG



Cartografia Popular digitalizada, construída durante a elaboração do Protocolo Biocultural: anúncios.

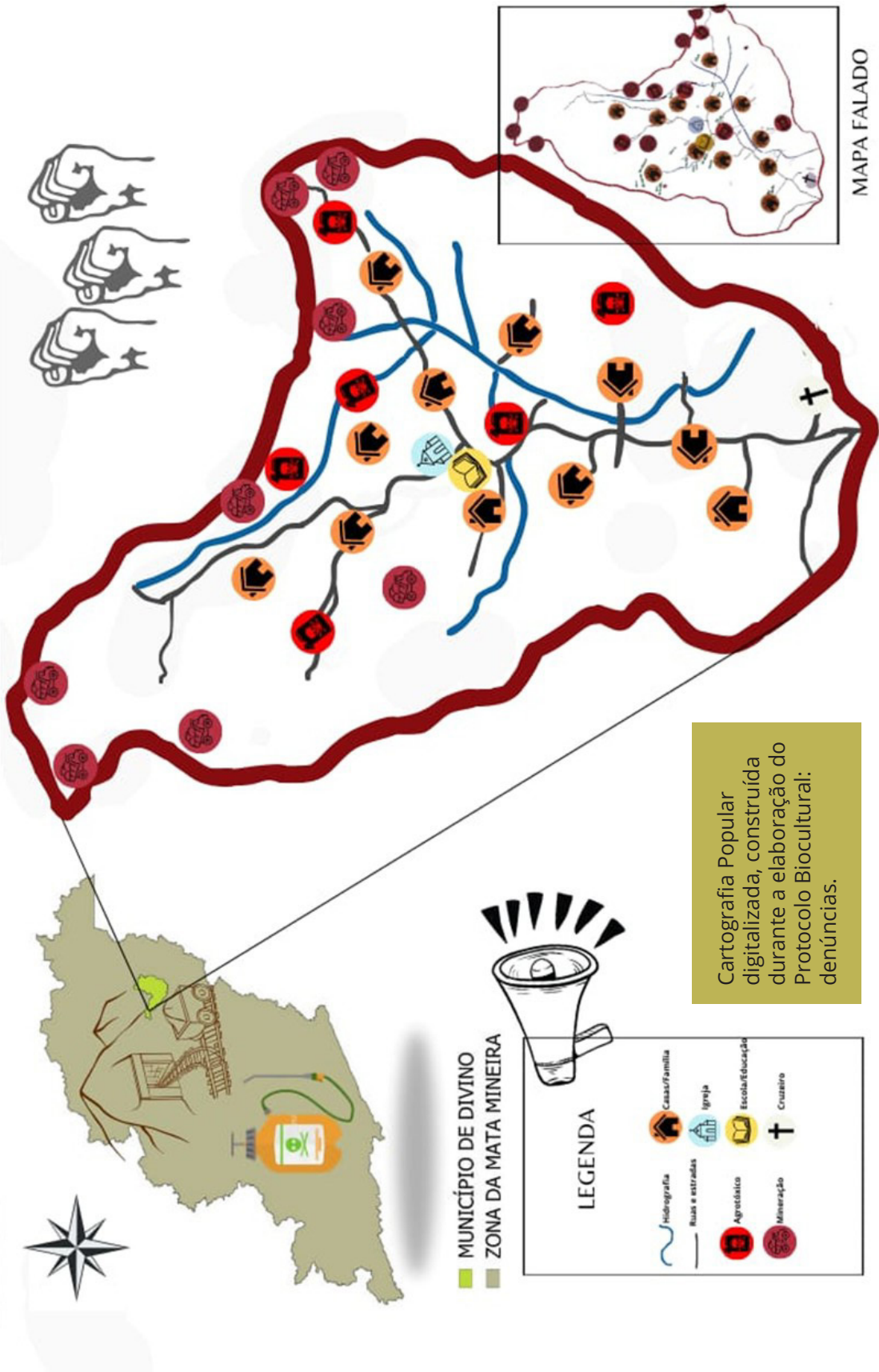


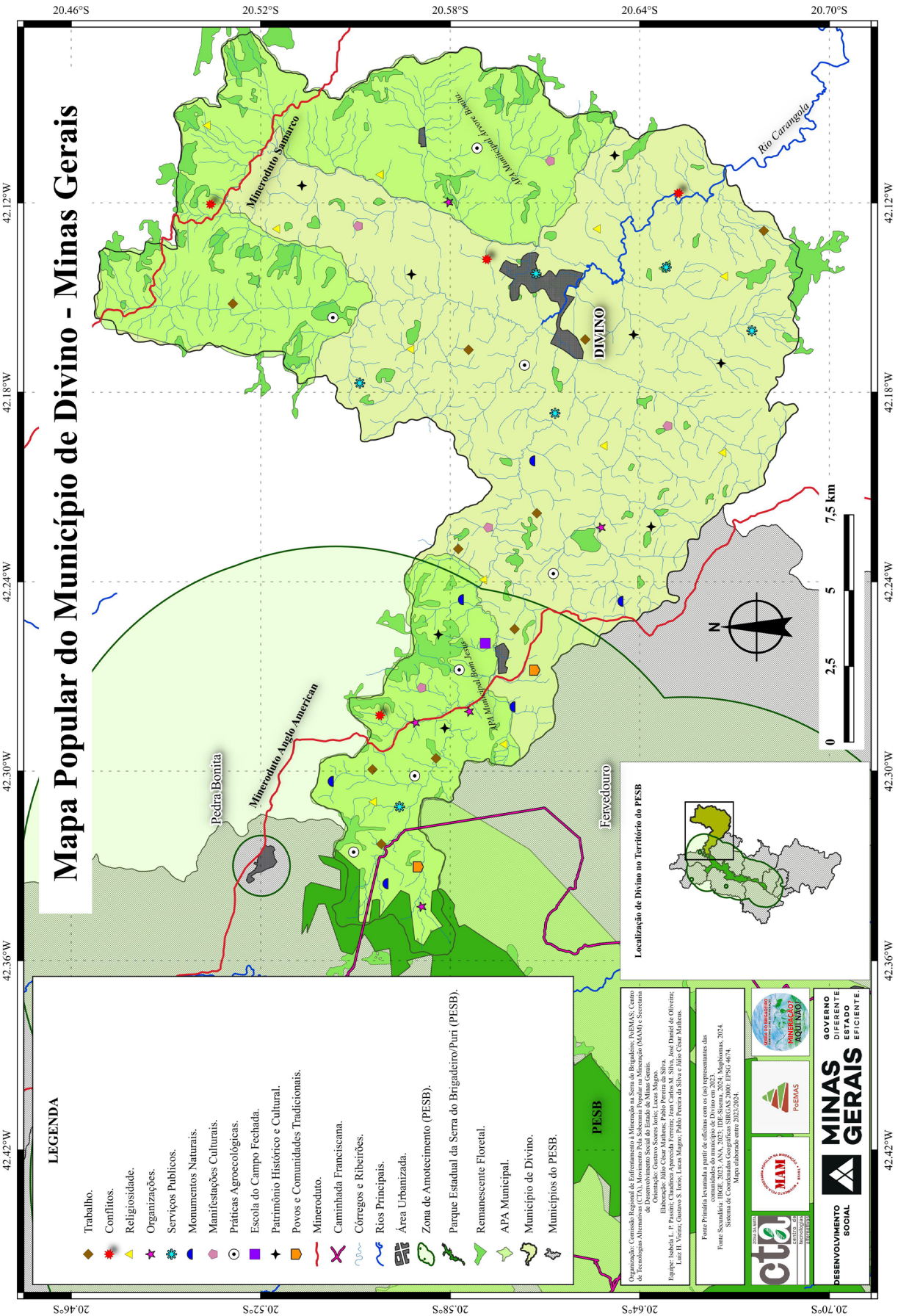
ZONA DA MATA MINEIRA  
MUNICÍPIO DE DIVINO  
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - PESB



MAPA FALADO

# CARTOGRAFIA SOCIOTERRITORIAL COMUNITÁRIA DE DENÚNCIAS COMUNIDADE RURAL DE CARANGOLINHA DE CIMA / DIVINO-MG





Na etapa final da construção do Protocolo Biocultural, acirram-se as ameaças aos territórios das Comunidades Pé de Serra, do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, e, assim, novos encontros comunitários passam a ser construídos para a elaboração do Protocolo de Consulta da Comunidade de Carangolinha de Cima, presente na parte final deste documento. A Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2022, garante em seu 1º artigo o direito da Comunidade de se autorreconhecer como comunidade tradicional, e nos artigos 6º e 7º o direito de ser consultada, a partir de suas próprias prioridades e instituições representativas, em qualquer situação que gere ameaças ao seu território e modos de vida.

Ainda o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) no Brasil. O Decreto garante aos povos e comunidades tradicionais o reconhecimento de sua auto-identificação, assegurando acesso pleno aos direitos civis individuais e coletivos. A PNPCT, instituída pelo decreto, tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, assegurando sua inclusão social, a garantia de seus direitos territoriais e o reconhecimento de sua contribuição essencial para a conservação do meio ambiente.

A diversidade biocultural, os saberes, a organização, as lutas e o processo de consulta da Comunidade de Carangolinha de Cima, relatados ao longo deste processo, foram registrados neste documento. No entanto, não se findam aqui, a riqueza e a força deste povo é ainda muito maior.



Crianças apresentando seu teatro no pátio da igreja, num encontro de construção do Protocolo.

### Respeito ao nosso chão

Por aqui terra é o papel e a enxada o lápis,  
pois antes de aprender a ler e a escrever,  
aprendemos a plantar e colher o de comer,  
aprendemos a pisar nesse chão que todos os dias nos dá o pão  
e assim começa a nossa luta pela educação  
ela traz a libertação do meu povão  
ela faz cada gota de suor do meu rosto não ser em vão  
só a educação mata a opressão,  
Mineração aqui não!!!!

### O Quintal da Vida

No meu quintal tem poema, tem poejo,  
de lá vejo o sol a brilhar sobre as folhas de chá.  
Hortelã, alecrim, salsa, malva,  
mil-folhas que salvam,  
que curam e que perduram entre gerações e corações.  
No meu quintal tem oração  
que pede a intercessão pelos meus irmãos,  
tem camomila que traz a calma para mente e para alma.  
No meu quintal tem terra, tem terreiro,  
tem música, tem dança, tem flores, aromas e amoras,  
tem luta e vitória,  
tem vida, tem história!

Poesias de Valentina de Souza Neto Vieira  
(moradora da Comunidade, 10 anos)



Vista da Comunidade de Carangolinha de Cima. Um pedaço do Paraíso da Serra dos Puri. Ao fundo pode-se ver algumas das casas da Comunidade.

# TERRITÓRIO, ORGANIZAÇÃO E CUIDADO DA TERRA

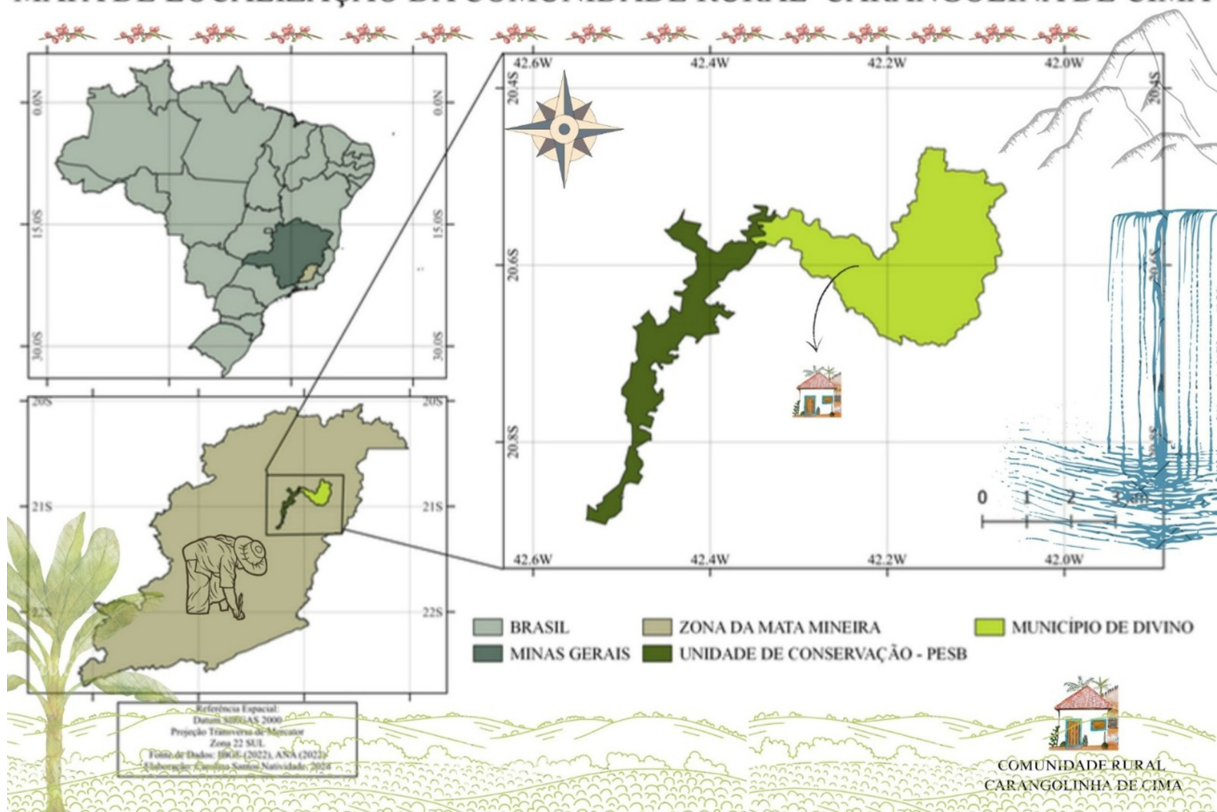
A Comunidade de Carangolinha de Cima está localizada “aos pés” da Serra do Brigadeiro no município de Divino, Zona da Mata mineira.

A região tem inúmeras nascentes, que contribuem significativamente com a formação de duas importantes bacias hidrográficas do estado: a do Rio Doce e a do Paraíba do Sul.

Além disso, é formada pela Floresta Atlântica de Encosta e por Campos de Altitude. Considerada por muitos um paraíso botânico, pois abriga espécies raras e ainda não catalogadas.

Ao longo da história, a Serra do Brigadeiro recebeu vários nomes. Inicialmente era conhecida como Serra dos Arrepiados, possivelmente pelo penteado dos Puri, com cabelos presos em coque, ou devido às baixas temperaturas da serra, que causavam arrepios em quem passava pela região.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE RURAL CARANGOLINHA DE CIMA



Não existem muitos registros sobre o local no período anterior ao século XVIII. Já no século XIX, os primeiros processos de colonização e conflito foram registrados. Na época, o governo enviou um emissário, o Brigadeiro Bacelar, para vistoriar as divisas da Província de Minas Gerais. Ao ver tanta oportunidade de lucro, começou a exploração das matas, que passaram a ser dizimadas, assim como seus habitantes, que tiveram como alternativa a esse massacre fugir para as regiões vizinhas.

Outros conflitos foram surgindo na região, como a Batalha de Araponga. Em 15 de setembro de 1932, Getulistas<sup>1</sup> e Bernardistas<sup>2</sup> travaram um confronto, marcando a história da localidade e de suas/eus moradoras/es.

Um personagem lembrado por Seu Juca, morador da Comunidade de Carangolinha de Cima, foi Pedro Victor de Oliveira, chefe político getulista de Pedra Bonita, que na época era distrito de Abre Campo, que estava à frente do conflito. Com essas disputas, muitas/os moradoras/es se refugiaram nas redondezas, buscando segurança e qualidade de vida.

Nesse contexto, foi se formando a Comunidade Carangolinha de Cima, com a junção das/os moradoras/es que já habitavam a localidade e as famílias que chegaram de comunidades vizinhas, no entorno da Serra, por conta de conflitos ou em busca de novas oportunidades. Não se sabe exatamente quando a Comunidade foi fundada, mas segundo relatam as/os anciãs/os, já existiam moradoras/es ali quando Maria Teixeira da Silva, Dona Mariquinha, chegou em 6 de janeiro de 1940.



Getulistas de Itaporanga (Sericita) – Pedro Victor é o 2º à direita. Fonte: <https://tinyurl.com/9bzevxnX>.

1 Apoiadores de Getúlio Vargas.

2 Bernardistas eram os apoiadores do ex-presidente Arthur Bernardes, que mantinha influência política na região e tentou realizar um levante contra o presidente Getúlio Vargas.



Dona Mariquinha.

Dona Mariquinha foi uma figura importante, responsável por despertar o “espírito de comunidade” no local. Por ser muito sociável, acolhedora e com grande senso de justiça, levou à aproximação das/os moradoras/es locais. Com o passar dos anos, mais famílias foram chegando e se organizando nesse novo contexto de convívio que estava se criando. O início dessa história contínua de organização se deu com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

As CEBs são parte presente e importante na história da Comunidade. Trata-se de uma forma de organização, fruto da Teologia da Libertação da Igreja Católica, formada por grupos pertencentes à mesma localidade, que compartilham a ideia de viver uma igreja mais solidária, buscando assegurar os direitos da Comunidade e resistir às opressões. Além disso, é um instrumento político, que visa conscientizar e unir a Comunidade para buscar juntas/os seus direitos. As CEBs foram fundamentais para diversas conquistas alcançadas ao longo dos anos, como o acesso à educação, a partir da construção da escola local.

Através das CEBs a Comunidade se guiou pelos princípios da Teologia da Libertação, que seguiram sempre presentes nas reuniões comunitárias do Grupo de Reflexão, através dos roteiros mensais. Esses roteiros mensais orientam os Grupos de Reflexão, fazendo o trabalho religioso, político e social, fortalecendo e unindo a Comunidade por meio da fé e permitindo que seus participantes reflitam sobre a realidade da Comunidade, discutindo os problemas cotidianos e as possíveis soluções.

Roteiros mensais dos Grupos de Reflexão.



Com todo o trabalho das CEBs, foi possível a criação de sindicatos, das pastorais, e dos movimentos em defesa do meio ambiente e da vida.

A Comunidade de Carangolinha de Cima se destaca também pelos modos de vida da agricultura tradicional, compreendida atualmente como Agroecologia, e pelo protagonismo das mulheres nas lutas sociais, fundamental na conquista de direitos e na manutenção da qualidade de vida.

O jeito de se viver está profundamente ligado com as práticas agrícolas da Comunidade. Existe um forte laço entre as pessoas e o manejo agrícola, cuidar de um quintal, de uma lavoura, de uma horta é tão importante quanto cuidar da casa, dos animais e de si mesmo. O espírito de comunidade vai além das relações entre as pessoas, ele é visível nas relações que permeiam a vida. Este mesmo espírito carrega conhecimentos e práticas ancestrais, que também vão garantir a sustentabilidade do futuro das famílias de Carangolinha.

Os espaços coletivos, sejam as famílias, o trabalho na lavoura ou os espaços religiosos, proporcionam às/aos moradoras/es uma grande troca de conhecimentos. O que plantar em cada fase da lua, a época certa da colheita, como se armazenar o milho, o feijão, o arroz, sem precisar usar nenhum tipo de conservante químico, como preservar a cultura de cultivar a terra respeitando a vida, são aprendizados que só acontecem graças a esses espaços coletivos.

Viver em comunidade significa trabalhar juntas/os, plantar juntas/os, colher juntas/os, festejar juntas/os e enfrentar os desafios juntas/os, umas/ns das/os outras/os e junto com a natureza, com as águas e com os animais.

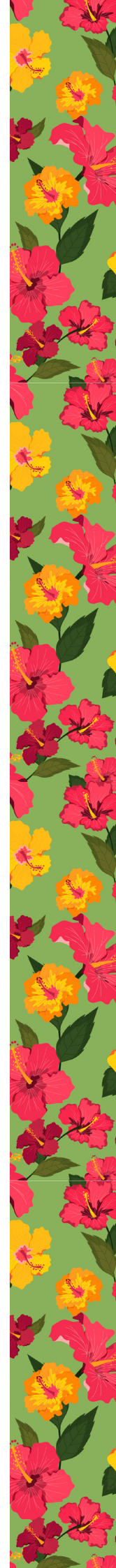
Viver em comunidade é olhar para o céu e saber se a chuva está se aproximando, é ouvir os pássaros cantar e entender que já está chegando a hora de plantar, é observar as folhas cair e o lado do vento soprar e saber que a colheita já está a se aproximar, é entender que precisa trovejar para a terra acordar e as sementes germinar.

Assim, são cultivadas diversidade de plantas, a partir dos conhecimentos trazidos da ancestralidade, somados aos aprendizados diários da Comunidade, para a melhoria da vida, sem trazer prejuízos para a terra e para que seus descendentes também possam continuar vivendo bem neste lugar.

Um exemplo da produção agrícola em conexão com os demais aspectos tradicionais da Comunidade é a produção do biscoito de polvilho.



Encontros comunitários do Protocolo,  
com a mandioca e o polvilho presentes.



Preparar o biscoito de polvilho é celebrar uma colheita, um cultivo, que deu certo. Esse preparo começa na escolha das ramas de mandioca a serem plantadas, que devem estar maduras, ficar entre o meio das varas, não pegando nem muito a ponta e nem muito o pé. As ramas de mandioca são plantadas na lua minguante, pois, segundo a tradição, todas as plantas que produzem debaixo da terra devem ser plantadas nessa lua. A colheita se dá um ano após o plantio, que é feito em mutirão. Com essa mandioca a Comunidade, de forma artesanal, faz o polvilho, processo que envolve conhecimentos adquiridos ao longo de gerações. Cascar a mandioca, lavar, ralar, lavar a massa e escorrer a água são etapas que se repetem por dias, até chegar ao ponto de levar ao sol para secar. Depois de alguns dias recebendo o calor do sol o polvilho está seco, pronto para ser armazenado por vários anos, garantindo um alimento saudável e acessível para as famílias. Com este polvilho inúmeras receitas são preparadas, entre elas o biscoito, receita comum em toda a Comunidade, mas que envolve saberes passados de geração em geração. A receita do biscoito leva:

- 1 prato de polvilho cheio
- 1 prato de gordura
- 1 prato de água
- 7 a 9 ovos

#### **Preparo:**

Faça um escaldado com a gordura, a água e um pouco de sal, despeje sobre o polvilho, mexa até ficar morno. Vai colocando os ovos, mexa até desaparecer os gruminhos. Coloque a massa em sacola e esprema em folhas de bananeira. Asse no forno de lenha.

Chama a atenção o fato de não depender de ingredientes de fora da Comunidade para o preparo desta receita. Tradicionalmente o biscoito de polvilho é assado na folha de bananeira em um forno feito de barro, reforçando ainda mais a soberania alimentar e cultural da Comunidade. Manter a tradição de fazer o biscoito na lua crescente ou na lua cheia faz parte da receita, assim como usar uma vassoura com três espécies de mato para varrer as brasas do forno.

O histórico de luta em defesa do território da Comunidade, em defesa da vida e da agricultura familiar tradicional se fortaleceu a partir dos anos 2000, através da parceria dos movimentos locais, com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA) e os trabalhos em prol da agricultura familiar. Depois de muitas conversas, muitos encontros, reuniões, andanças pelas propriedades a Comunidade reconhece que todo o seu modo de viver, de fazer e de lutar está dentro dos princípios da Agroecologia.

Carangolinha de Cima compreende a Agroecologia como caminho de trabalhar com os recursos da natureza de forma economicamente viável e socialmente justa, como uma forma saudável de produção de alimento e de respeito à terra.

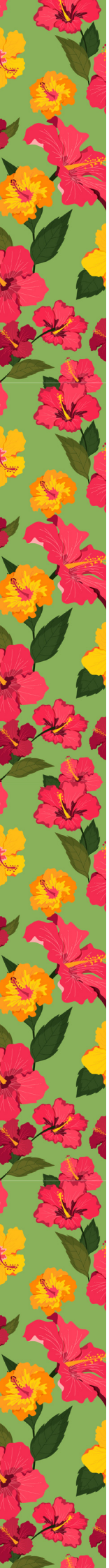
Essa luta tem sido possível, principalmente, pelo protagonismo feminino. As mulheres se unem em busca de seus direitos, autonomia, liberdade e respeito. São organizadas e responsáveis com o território.

Uma das expressões dessa luta é a inserção da comunidade no Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata, que foi instituído pela Lei nº 23207, de 27 de dezembro de 2018 e têm como objetivos promover práticas agrícolas sustentáveis, incentivar a produção agroecológica, fortalecer a agricultura familiar, melhorar a segurança alimentar e integrar diferentes atores sociais em prol do desenvolvimento territorial sustentável.

A construção deste Protocolo Comunitário Biocultural é mais uma ferramenta desta luta. Além de registrar a história da Comunidade, traz reconhecimento aos sujeitos e seus esforços, potenciais e a sabedoria local sobre a biodiversidade e evidencia as denúncias sobre os diversos desafios que impactam a Comunidade, como por exemplo o avanço da mineração no território.

Placa de identificação da Comunidade como Polo Agroecológico.





Comunidade em luta na pandemia. Primeira placa colocada na Comunidade contra a mineração.

O Cruzeiro, local sagrado para Comunidade.



QR Code para o Vídeo do Dia de Santa Cruz, em que ocorre a decoração do Cruzeiro da Comunidade de Carangolinha de Cima - Divino/MG.

## Origens, Memórias e Histórias

O nome da Comunidade vem do rio que passa pela região, o rio Carangola. Antes, toda a área era denominada Carangolinha, com o tempo, dividiu-se em Carangolinha de Cima e de Baixo.

Essa divisão surgiu a partir da construção da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em 1986, que existe até os dias atuais. O Padre Lécio foi o responsável por estimular esse movimento, visando facilitar a vida das/os moradoras/es que precisavam percorrer longas distâncias, até a antiga Igreja localizada na atual Carangolinha de Baixo. Antes da construção da igreja, Padre Lécio celebrava a missa embaixo de uma árvore, que ainda existe nos arredores da igreja.

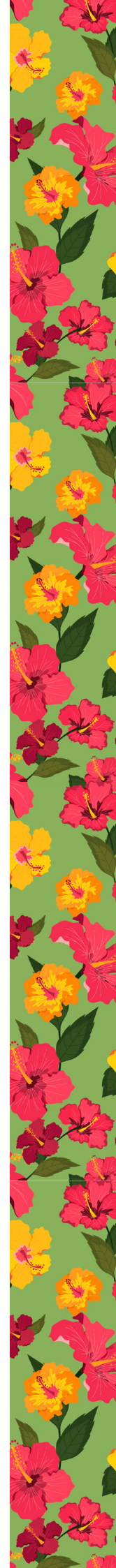
Conta-se que a origem da Comunidade, tal como se organiza na atualidade, se deu a partir de 1930, embora este local já fosse habitado pelo povo Puri, que ainda têm seus netos e bisnetos morando nesta Comunidade. Grande parte das famílias chegaram à localidade fugindo de alguma situação análoga à escravidão no entorno, em busca de uma vida melhor e um pedaço de terra. Muitas vieram das áreas de divisas, Pedra Bonita e Fervedouro, e outros de Araponga, Jequeri, Muriaé, Abre Campo, Matipó Grande, Itaporanga, Mata da Serra do Brigadeiro e Sericita.

Desses, podemos contar algumas histórias. O registro mais antigo é do dia 01 janeiro de 1940, com a chegada de Maria Teixeira da Silva, Dona Mariquinha, nascida em outubro de 1909 e João Antônio Gomes, nascido em fevereiro de 1910, os pioneiros da família Biata. A família veio de São Miguel do Anta após comprar um terreno na Comunidade mesmo sem ter família no local. Segundo relatos, o casal demorou cerca de dois dias para chegar em Carangolinha.

Os Biatas são uma das famílias tradicionais da Comunidade. João Biata foi o responsável pela construção (ou manutenção, não se sabe ao certo) de um dos símbolos mais tradicionais da Comunidade, o Cruzeiro.

Este é um local sagrado para todas as famílias da Comunidade, por ser onde ocorriam os sepultamentos de crianças recém nascidas, situação dolorosa para todas/os. É também considerado um local místico e religioso, já que em tempos mais antigos era o lugar onde os pedidos de chuva eram feitos durante períodos de seca, entre outras ações importantes para as vivências/espiritualidade da Comunidade.

Ainda hoje é tradição enfeitar o Cruzeiro um dia antes do dia de Santa Cruz, como uma forma de agradecimento às almas. Após a divisão das “Carangolinhas”, o Cruzeiro se tornou ponto de fronteira entre as Comunidades.





Uma das primeiras famílias da  
Comunidade.



Cruzeiro: demarcação territorial e temporal da Comunidade.

Outra característica marcante da família de Dona Mariquinha era o cultivo do arroz, a produção artesanal de rapadura e a dedicação aos trabalhos agrícolas em geral. Sua casa acolhia muitos trabalhadoras e trabalhadores, o que contribuiu para melhorar o acesso aos alimentos na Comunidade. Além disso, essa união em torno da agricultura fortaleceu o senso de comunidade e a identidade entre as/os moradoras/es.

Após o falecimento do Sr. João Biata, Dona Mariquinha, apesar da tristeza, permaneceu resiliente. Ela continuou a trabalhar na agricultura com seus 10 filhos, tornando-se uma mulher ainda mais forte e uma referência inspiradora para toda a Comunidade.

A partir dos 85 anos de Dona Mariquinha, iniciou, junto à Comunidade, uma tradição: celebrar seu aniversário com uma grande festa, que envolvia a participação de todas/os. Ela afirmava que essa festividade não se limitava a comemorar mais um ano de vida, mas também servia para agradecer pelas conquistas ao longo da vida e fortalecer os laços comunitários. Hoje, essas celebrações são as mais lembradas na Comunidade.

E assim continua a história, apresentando orgulhosamente um pouco mais das/os moradoras/es, a começar por Dona Zica, uma mulher importante que até hoje vem construindo seu legado.



Dona Zica.

Há mais de 50 anos, Geisa Neto de Souza, Dona Zica, migrou para Carangolinha de Cima com seu marido, Oswaldo Gomes de Souza (conhecido como Vardin), e três dos seus oito filhos. Dona Zica relembra sua mudança de Sericita para Carangolinha de Cima, quando seu irmão vendeu as terras que possuíam lá e adquiriu as terras onde residem atualmente.

Ao chegarem, encontraram uma casa com cerca de 200 anos, na qual moram até hoje. Essa casa, segundo Dona Zica *“era uma geringonça, toda caindo, precisando de reforma, e só se via assa-peixe por todos os lados”*. Essa situação levou a família a passar fome, pois não havia nenhum alimento plantado ali. Para alimentar os filhos, Dona Zica precisava buscar bananas na casa do seu irmão, que morava distante. Trabalhavam arduamente com a foice para abrir pastos e iniciar as plantações de arroz, feijão, milho e abóbora, cultivando tudo o que fosse necessário para garantir a subsistência da família.

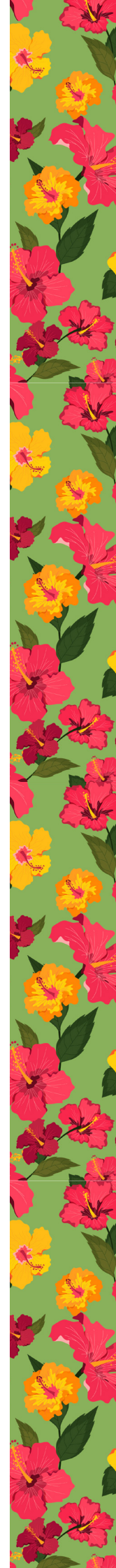
Com o passar do tempo, foram se acostumando ao local e fazendo amizades ali, até que Sr. Vardim achou que a localidade merecia alguns investimentos, e doou terreno para a construção de uma escola, por volta de 1973, e da igreja, na década de 80, trazendo para todas/os um espírito de comunidade e criando raízes ali, o que vem se fortalecendo a cada dia.

Hoje, Dona Zica quer doar um terreno para a construção de uma quadra esportiva para a Comunidade, no entanto o poder público vem criando empecilhos para liberar a verba que a Comunidade já conseguiu para tal finalidade.

A Fazenda Vista Alegre, morada de Dona Zica e sua família, já foi muito utilizada por toda Comunidade. Lá já foi igreja, onde haviam celebrações todo domingo, e também foi escola, onde se ensinava escrita, principalmente, para que os adultos pudessem casar assinando o próprio nome. Também já foi um ponto de comércio, onde se vendia os produtos produzidos na casa como arroz e salame. Hoje é um lugar de encontros, frequentado diariamente pelas/os moradoras/es locais, mantendo seu papel de contribuir para um espírito de união.

Outra moradora, Dona Almezina, também conta sua história. Aos 8 anos de idade, na década de 50, saiu de Jequeri para Carangolinha de Cima, com seus pais e seus nove irmãos. Seus pais migraram com o intuito de comprar terras, porém não conseguiram e se tornaram meeiros de Antônio Lopes, antigo dono da Fazenda Vista Alegre, casa de dona Zica atualmente, que logo pediu a terra de volta. Ao se mudarem desta casa, a família se estabeleceu em outro terreno, hoje pertencente à Maria Cassiana de Souza, conhecida como Dona Piquita.

Dona Almezina descreve o início da Comunidade com poucas casas e com os espaços sendo ocupados, em sua maioria, por pastos, capoeiras e fazendas, destacando que não



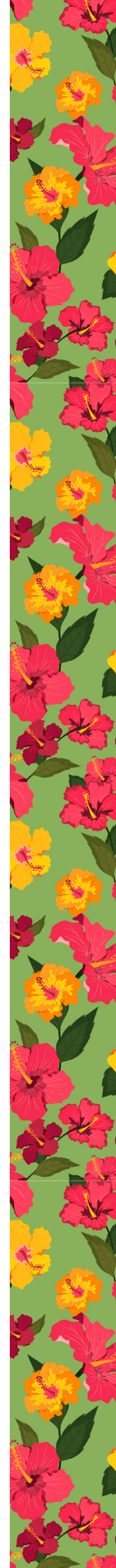


D. Almezina e forno de barro feito pelo Sr. Zinho.

existiam estradas. Conta que passaram dificuldades, mas todas/os as/os filhas/os ajudavam os pais na lavoura e dividiam entre si o pouco que colhiam. Também lembra da perda trágica de seu irmão, Zé Neném, que faleceu em um acidente na estrada, causando muita dor para a família. Dona Almezina morou muito tempo em Belo Horizonte, de onde mandava coisas para ajudar a família, e retornou para Carangolinha quando se casou com Senhor Gerci de Souza Lima.



D. Almezina no quintal medicinal.



D. Luzia e Sr. Juca.



Outro morador que traz as origens da Comunidade desde o nascimento é o Sr. Juca, filho de Dona Ana e Sr. João Batista Neves. Nascido em Carangolinha de Cima e tendo vivido grande parte da sua vida como meeiro, se casou com sua esposa, Luzia Donata, nascida e criada em Pedra Bonita, passando a viver em Carangolinha de Cima.

Sr. Juca relata que antigamente a Comunidade era formada por poucas casas, nada que se compare com os dias atuais. Ele também confirma o forte sentimento de união que sempre movimentou a Comunidade, seja para as rezas, para a escola, plantações ou outras atividades.

Outra característica importante na Comunidade é a presença da ancestralidade Puri, que também faz parte das raízes. Conta-se que os Puri vieram principalmente de uma aldeia chamada Estouro, localizada em Araponga-MG. Lá sofreram nas mãos dos fazendeiros, colonizadores e até do próprio governo, onde tiveram suas vidas ameaçadas. Muitos foram assassinados e os que foram expulsos de suas terras se estabeleceram aqui, e até hoje contribuem com a cultura local, suas tradições e conhecimentos.

Dona Mimorina, conhecida como Dona Morina, é uma das anciãs, guardiã da memória da Comunidade. Ela tem prazer em trabalhar, realizando pequenas tarefas como buscar lenha, o que lhe rendeu o apelido de “Mulher do ‘Coquinho’ do Braço Forte”. Dona Mimorina tem muitos filhas/os e netas/os, todas/os vivendo nas proximidades de sua casa.

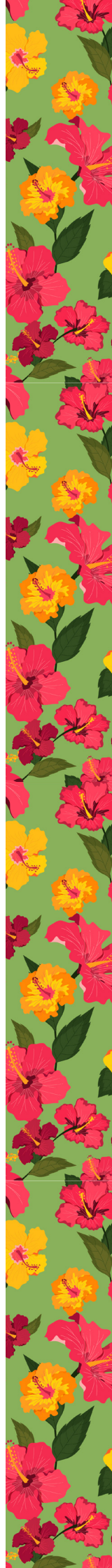
Outra figura marcante é Chico Nica (Francisco Neves da Silva), que chegou a Carangolinha de Cima quando tinha apenas 13 anos. Filho de Dona Mariazinha (Maria Rosa de Jesus), com ancestralidade Puri, sua família havia sofrido ameaças do governo de desocupação da sua terra de origem, Matipó Grande, que faz divisa com o município de Divino.

Naquela época, muitas pessoas que se recusaram a entregar suas terras aos coronéis foram assassinadas e/ou perseguidas. Após a morte do avô de Chico Nica, as terras de sua família foram tomadas, forçando-os a buscar refúgio em Carangolinha, um lugar com poucos habitantes e recursos.

Chico Nica se estabeleceu na Comunidade onde vive até hoje, mas agora com seu próprio pedacinho de terra. Com muito esforço e determinação, construiu uma vida digna e de qualidade para sua família. Sua esposa, Gercídea Neves da Silva, não é descendente de Puri, mas nasceu em Carangolinha.

Ela relembra os tempos difíceis: *“Aqui não tinha café. Pra onde olhava, via arroz, milho e feijão. Vendíamos de tudo: doces, comida, colchas, mantas, toalhas, amendoim, abóbora. Era tudo muito difícil naquela época, mas com trabalho árduo e persistência, conseguimos comprar nosso pedacinho de terra. Hoje, todos os nossos filhos moram aqui ou nas proximidades.”*

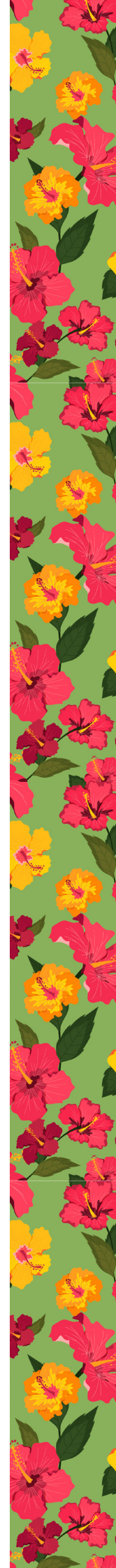
Essas histórias de resiliência e superação são raízes profundas desta Comunidade, sustentando-a, enquanto continuam a plantar e colher juntas/os.





Sr. Chico Nica  
e D. Gercidia.

Venica e Sr. Ivo.



Dona Venica se destacou na Comunidade por seus trabalhos com a saúde, sendo parteira, benzedeira e aquela que todos procuravam na necessidade. Dedicou sua vida ao ato de cuidar e acolher o próximo, mesmo quando era ela quem precisava.

Tendo a ancestralidade Puri, possuía uma sabedoria inexplicável sobre o ambiente.

Sempre muito devota, foi responsável por estimular a construção da igreja. Sr. Ivo, seu marido, também se destacou na fabricação de artesanatos, como balaios, peneiras e cestos.

Dona Geralda, irmã de Dona Venica, também é lembrada por sua participação na Comunidade. Sua casa sediava um evento importante, as fogueiras de São João. Era a única festa na época, então todas/os se reuniam para essa celebração. Além disso, a fazenda que existia na sua propriedade já sediou a escola comunitária.

Algumas outras famílias também fizeram e fazem parte da Comunidade, sendo de grande importância. Agradecemos pela ajuda no cultivo da ancestralidade e saberes que preservamos até hoje e fazem com que a Comunidade seja única: Geraldo Candim e Maria Candim, Sebastião Neném e Maria (Mãe Preta), João Neném e Dona Marica, Jaci Moreira e Dona Geralda, Tatão Moreira e Dona Custódia, Bertulino e Luzia, José Minado, Pedro Catirino e Júlia Catirino, Tião Agemiro e Dona Mariinha, João Neves e Dona Ana, Dona Marizinha, Geraldo Gabriel e Tina, Seu Air Custódio Lalá e Ireni, Nem Francisco e Dona Luzia, Nicodemos Mata e Mimorina, Dona Dorvalina e Sr Raimundo, Norival José Francisco e Maria Cassimiro, Sr Gerônimo e Maria Cassiana.

Além da força ancestral Puri, temos a força das mulheres na Comunidade. Desde o início da Comunidade o papel da mulher se faz presente, sendo fundamental para chegar onde está hoje: uma Comunidade unida, politicamente ativa e espiritualizada, voltada para a Agroecologia e para as tradições.

Isso vem desde a ancestralidade, que não mediram esforços para cuidar de suas/eus filhas/os, sempre trabalhando, faça sol ou faça chuva. As mulheres de Carangolinha de Cima se dedicaram a educar a Comunidade, onde professoras lutaram contra coronéis para conseguir lecionar.

Seu papel político também é importante, voltando suas forças para cobranças de órgãos públicos e para a articulação da Comunidade para que todas/os façam parte das decisões. Hoje, as mulheres continuam no protagonismo da luta da Comunidade por melhores condições, para a manutenção da Agroecologia, da saúde dos solos, águas, plantas e moradoras/es, e para que se avance preservando a tradição e cultura cultivadas aqui.



Primeira placa: Serra do Brigadeiro território livre de mineração  
Segunda placa: identificando a Comunidade como parte do  
Polo Agroecológico da Zona da Mata.

A escola da Comunidade: espaço e ferramenta de aprendizagem, luta e resistência.



## A escola do povo no Território

A Comunidade de Carangolinha de Cima sempre afirmou a necessidade de uma escola na Comunidade. Com a falta de assistência do poder público, desde sempre a Comunidade se mobilizou para que houvesse o oferecimento de aulas, mesmo que de maneira improvisada.

Antes da construção da escola, construída e gerida pelas autoridades administrativas, existiram quatro escolas temporárias na Comunidade, localizadas nas próprias casas das/os moradoras/es, que também eram responsáveis por ministrar as aulas.

Durante o período em que a escola funcionou nas casas das/os moradoras/es, a primeira a conceder um espaço foi Dona Zica que, por volta de 1973, disponibilizou um quarto de sua própria casa. Dona Zica chegou a ministrar aulas, tanto para as crianças aprenderem a ler como para que os adultos aprendessem a assinar o próprio nome e então conseguissem se casar.

A segunda escola foi criada na fazenda de Dona Custódia, esposa de Tatão Moreira. A terceira, na casa de Cezário Gonçalves. A quarta e última escola temporária foi feita na casa de Jerônimo. Para o funcionamento das aulas, as/os próprias/os moradoras/es se organizavam, por isso houve um grande número de professoras/es na Comunidade até os dias atuais, sendo algumas/ns delas/es: Dona Irani, Laurita, Dona Zica, Dona Maria Jorgina, Expedito, Galdina, Ilda, Júlia, Maurício, Aristides, Amanda, Vítor e atualmente a professora Amanda.

Em algum momento da história, não se sabe ao certo, foi aberta uma escola na Comunidade Carangolinha de Baixo, conhecida como Grupo Amarelo. Buscando nas memórias essa escola foi doada pela esposa do Coronel da época. As/Os alunas/os tinham que ir e voltar a pé da escola, caminhando cerca de 10 km diariamente. Além da distância, o modo de ensino não agradava.

Assim, diante do desejo de estudar e frente às dificuldades, as/os moradoras/es começaram a se organizar para que pudessem ter uma escola na Comunidade, o que aconteceu na década de 80 com a construção da escola que atende até hoje as demandas locais.

Desde a construção da Escola Municipal Alto Bom Jesus TV, são atendidas as crianças da Comunidade que cursam as turmas do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental. Todas/os as/os alunas/os estudam juntas/os na única sala de aula disponível, de forma integrada, onde cada um recebe as atividades da sua série.

Desde 2019, as/os moradoras/es pedem a expansão da escola, para que ela atenda ao Ensino Fundamental I também, direcionada a educação infantil, e a educação de jovens



Escola da Comunidade de Carangolinha de Cima.

e adultos (EJA). Acreditam que, dessa forma, a educação das/os moradoras/es da Comunidade possa ser feita em seu próprio território, reafirmando suas práticas, saberes, cultura e modos de vida.

Tais demandas nascem da realidade da Comunidade e da percepção de que muitas/os das/os estudantes que frequentam a escola, quando terminam o quinto ano não querem ir para a cidade terminar os estudos. Assim também acontece com as pessoas que não tiveram a oportunidade de terminar os estudos quando mais novos que expressam a vontade de voltar a estudar, mas afirmam a inviabilidade de sair da Comunidade para isso.

A história da Comunidade demonstra a importância dada à presença de uma escola no território. Atualmente, há a reivindicação de que a escola se torne uma Escola Família Agrícola (EFA), para que promova uma pedagogia em acordo com a vida na Comunidade, que se identifica como camponesa, constituída por agricultoras/es familiares. No entanto, essa possibilidade foi negada pelos órgãos competentes.

Além disso, a Comunidade relata as frequentes ameaças de fechamento da escola pelo poder público, o que forçaria suas/eus moradoras/es recorrerem à cidade para realizarem os estudos. Diante de tais ameaças, a Comunidade se mobiliza e reafirma sua luta pela permanência do povo na Comunidade através de assembleias, cartas de oposição ao fechamento da escola e encontros para dialogar sobre direitos, para que o medo não tome conta.



Somada a afirmação da valorização e luta da Comunidade pelo direito à educação em seu território, suas/eus moradoras/es lembram um dos projetos importantes realizados na escola da Comunidade. O Projeto Curupira envolveu a Comunidade de 2003 a 2010 e é uma iniciativa do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA - ZM). O projeto abrangia, além de Carangolinha, outras duas Comunidades com atividades realizadas com pessoas de diferentes idades e teve como foco a educação através da arte. Foi encerrado em Carangolinha de Cima por falta de verba e a Comunidade lembra com carinho do trabalho feito pelo CTA-ZM e lamenta o seu encerramento.

A partir do histórico de luta e resistência da Comunidade, fica evidente a valorização da educação entre as/os moradoras/es. Essa luta traz a importância do ensino a partir dos modos de vida, saberes e cultura, sendo guiada, principalmente, pela Teologia da Libertação e Pedagogia do Oprimido.

A busca pela educação libertadora existe até hoje, e é utilizada em todos os lugares de formação comunitária, para além da sala de aula, como reuniões, visitas, grupos de orações, dentre outros, como espaços pedagógicos de compartilhamento de saberes e aprendizados.

## A Igreja da Comunidade

As (Os) moradoras (es) de Carangolinha de Cima consideram que a construção da atual igreja é parte fundamental do processo de formação da Comunidade. Contam que inicialmente, as rezas, chamadas de conferências, ocorriam aos domingos, com a reunião dos vizinhos, e eram realizadas na sala da casa de Dona Zica e Seu Osvaldo (Fazenda Vista Alegre). Essa dinâmica se manteve por 20 anos, permitindo que inúmeras atividades fossem realizadas, como curso de Batismo, Grupos de Reflexão, plenárias, cursos de Natal, de Semana Santa e até casamentos, sempre com apoio do padre da época, Padre Levi de Paula.



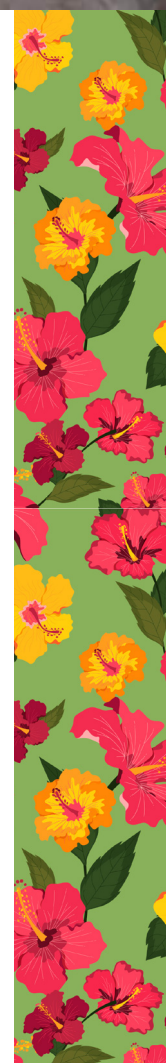


Igreja Nossa Senhora de Fátima.

Em seguida, as rezas passaram a ocorrer no Grupo Amarelo, a escola localizada em Carangolinha de Baixo, que já existia há quase 60 anos. As celebrações continuaram no grupo escolar mantendo o mesmo entusiasmo e assim as lideranças foram se formando: pastorais e movimentos de catequeses.

A Comunidade relembra de uma mobilização importante realizada pelo catequista Darcí Costa que, mesmo com muitos desafios e poucos recursos, convocou o povo para realizar a encenação da Paixão de Cristo, em 1984. O povo da Comunidade abraçou a causa e participaram adultos, jovens e crianças, todas/os empenhadas/os na realização do teatro. A iluminação da apresentação foi através de tochas, em uma noite escura, e o teatro aconteceu do terreiro da fazenda Vista Alegre até o grupo escolar E. M. Alto Bom Jesus TV.

Após a realização dos encontros religiosos no Grupo Amarelo, ocorreu a construção da igreja da Comunidade de Carangolinha de Baixo, através da doação de um terreno por Álvaro Maria da Cunha (Sr. Bilau).





Os primeiros roteiros dos grupos reflexão da Comunidade.

A mobilização das/os moradoras/es fez com que o Padre da época, Padre Lécio, incentivasse a construção de uma igreja em Carangolinha de Cima, para que suas/eus moradoras/es não precisassem sempre se deslocar para outra comunidade para frequentar as atividades religiosas.

Padre Lécio é apontado como uma figura muito importante para a Comunidade, sendo aquele que afirmou a importância da presença de uma igreja para que a vida das/os moradoras/es pudesse ser completa. Uma das frases de Padre Lécio que é bastante lembrada diz: "A Igreja povo comunidade, já existe, o que falta é a igreja, o Templo. Vamos construir."

A reação das/os moradoras/es com essa fala foi de questionar a ausência de recursos para a construção da igreja, mas o Padre reafirmou a fé, a força e união do povo e disse

que através disso seria possível erguer a igreja. Dessa maneira, aos poucos a Comunidade se mobilizou, criando memórias que são contadas com muito orgulho. Dona Venica carregou na cabeça uma grande pedra e ao chegar na casa de outras/os moradoras/es afirmou: “a primeira pedra pra construir a igreja eu trouxe”.

O Senhor Oswaldo, conhecido como Vardim Neto, doou o terreno. Depois, foi realizado o desaterro e construído no local um toldo de lona antes da construção da igreja.

Inicia-se um trabalho em conjunto na Comunidade, numa “missão formiguinha”, onde todas/os, unidas/os numa mesma fé e ação, contribuíram como podiam, através de doação de material, mão de obra, alimentação, etc. Em pouco tempo ali estava pronta a capela, ainda que muito simples e pequena, mas a alegria tomou conta do coração do povo. Assim, em 1987, se realiza a primeira missa e batizado.



Antiga construção da Igreja  
Nossa Senhora de Fátima.

Nossa Senhora de Fátima,  
padroeira da Comunidade.



A padroeira da Comunidade é Nossa Senhora de Fátima. Ela foi a primeira imagem doada para o acervo da igreja, por Dona Alicinha, do Tião Rufino, tornando o dia 13 de maio, o dia que celebra a santa, em um dia especial.

Foi a união das pessoas que fez a construção da igreja, que atende a Comunidade há 40 anos, mesmo antes sendo pequena e sem nada, ao longo do tempo foi sendo modificada tornando-se maior e mais confortável.

Até os dias de hoje a Igreja é o ponto principal da Comunidade. É onde diversas atividades ocorrem, como novenas, encontros de oração, encontros políticos, teatro, celebrações, dentre tantas outras atividades. Foi inclusive no pátio da igreja que os vários encontros para a construção deste Protocolo aconteceram.

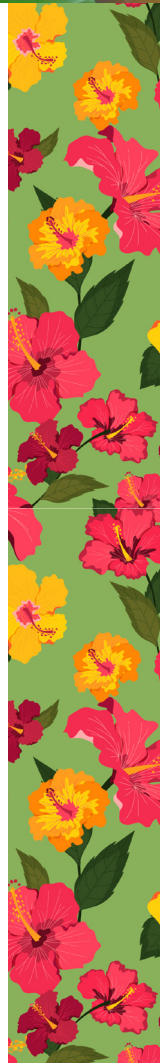
Todas/os fazem questão de contribuir e fortalecer o espírito comunitário, o que traz as suas maiores características: devoção a Deus e força para lutar por uma vida melhor.



Encontro de construção do Protocolo Comunitário Biocultural.



Grupo de Reflexão.



A Igreja também desempenha um papel importante no acolhimento de todas/os da Comunidade, bem como os que vêm de fora, sendo um espaço aberto àquelas/es que necessitam. Conta-se que povos ciganos foram acolhidos na igreja por algum tempo.

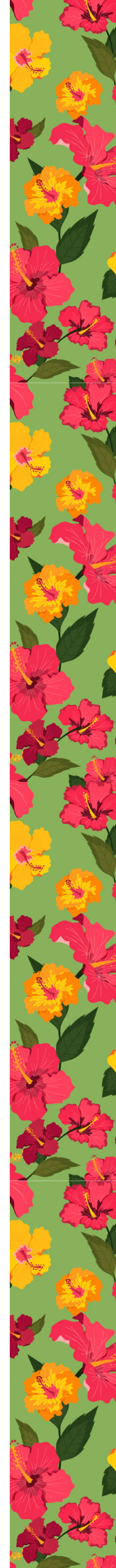
Pelo amplo engajamento da Comunidade na religião e pela importância dela em sua formação, suas/eus moradoras/es fazem questão de destacar os padres que marcaram suas histórias, sendo eles: Levi de Paula, José Moreira, Lécio Guedes, José Raul, José Lucas, José Marcelino, José Flávio, Roberto Carlos, Celso, José Ducarmo; Vigário: Padre Anderson, Flávio, Adilson, Odilon, Ruimar, João Batista, Toninho, Bismarque e Douglas.

### Calendário religioso da Comunidade

<b>01/01</b>	<b>20/01</b>	<b>19/03</b>	<b>Quarta-feira de cinzas</b>
Dia de Ação de Graças	Tríduo de São Sebastião	Novena de São José	Quaresma (dia de penitência e curso de preparação da Campanha da Fraternidade)
<b>Semana Santa</b>	<b>01 a 13/05</b>	<b>03/05</b>	<b>50 dias depois da Páscoa</b>
	Organização e Novena da padroeira Nossa Senhora de Fátima	Dia de Santa Cruz	Novena e Festa do Padroeiro da Paróquia Divino Espírito Santo (durante 10 dias)
<b>13/06</b>	<b>24/06</b>	<b>28 e 29/06</b>	<b>25/07</b>
Dia de Santo Antônio (visita a Comunidade vizinha – Samambaia)	Festa de São João	Fogueira de São Pedro	Dia de Santa Ana e dia da/o trabalhadora/r rural (Festa do Sindicato) e Celebração da colheita
<b>Terceira semana de agosto</b>	<b>14/09</b>	<b>Setembro</b>	<b>12/10</b>
Dia dos pais e Semana da família (visita a todas as famílias da Comunidade)	Jubileu do Senhor Bom Jesus, exaltação da Santa Cruz	Curso bíblico	Novena de Nossa Senhora Aparecida (9 dias antes na Comunidade de Carangolinha de Baixo e 9 dias na Comunidade)
<b>02/11</b>	<b>27/11</b>	<b>08/12</b>	<b>13/12</b>
Finados	Dia de Nossa Senhora das Graças (visita ao Santuário – dentro do Parque da Serra do Brigadeiro)	Dia de Nossa Senhora da Conceição	Dia de Santa Luzia
<b>Novena de Natal</b>	<b>Terceira segunda-feira do mês</b>	<b>Semanalmente</b>	
Visita a todas as famílias da Comunidade	Encontro do Núcleo da Fraternidade Franciscana Santa Maria dos Anjos	Encontro dos Grupos de Reflexão	



Secagem do  
milho de angu.



## Tradições e Costumes

De acordo com alguns relatos, nas décadas de 60 e 70, houve muita fome e miséria na Comunidade. As famílias moravam em terras que não pertenciam a elas e, com isso, não podiam plantar para comer. As atividades laborais se davam de forma que as semanas de trabalho eram trocadas por óleo, gordura, rapadura, banha, milho, entre outros produtos e alimentos. Sr. Juca conta que recebia 1 garrafinha de óleo por dia trabalhado. Sônia lembra que seu pai, Sr. Lolo, passou pelo mesmo, recebendo apenas essa garrafinha de óleo após um dia exaustivo de trabalho. Outra dinâmica de trabalho bastante comum eram os meeiros, ou seja, agricultoras/es que trabalhavam em terras de outra pessoa e repartiam seus rendimentos com o dono dessas terras.

Este cenário começou a mudar no início dos anos 80, com a chegada das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o Movimento Pré Boa Nova, trazidos pelos padres da época.

Nesse período, Carangolinha de Cima vai ganhando cara de comunidade. Constrói-se a igreja e depois a escola, as pessoas passaram a adquirir seus pedaços de terra e com isso aumentaram sua autonomia para plantar e colher. Hoje, todas as 46 famílias da nossa Comunidade moram em suas próprias terras e cultivam o que querem, prezando pela Agroecologia.

Viveiro antigo de mudas de café, casa da Dona Zica.



A agricultura era voltada para os alimentos de base: mandioca para se fazer farinha e polvilho, feito até hoje pelas/os moradoras/es. Além disso, plantavam-se arroz, feijão, milho para alimentar as famílias e também os animais. Havia também as plantações de cana-de-açúcar usada para fazer melado. Depois de um tempo, com a construção do engenho, começou o processo de produção de rapadura, considerado uma melhoria pelas/os moradoras/es, pois esse produto tem mais durabilidade de armazenamento do que o melado.



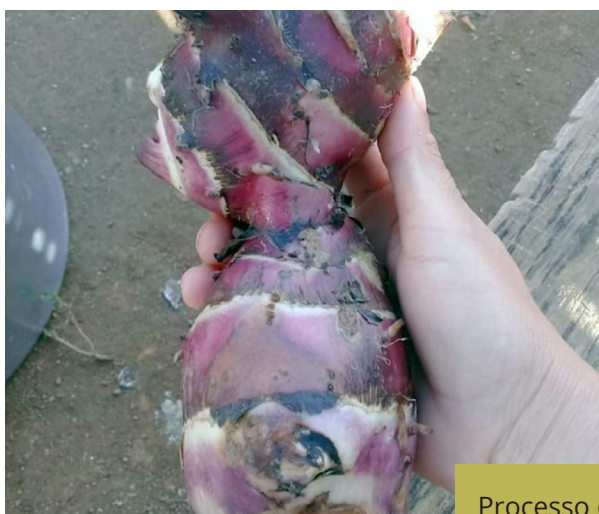
Processo de produção da rapadura.



Nesse sentido, as produções artesanais ganham espaço e importância histórica no cotidiano da Comunidade. Além da rapadura foram citadas: a produção de polvilho, melado de cana, sabão, esteiras, cestos, balaio, cobertas de pávio, peneiras, fio de algodão, crochê, costura de roupas, fumo artesanal, artesanatos de madeira e palha, a construção de casas (barreadas), carros de boi, entre outros.



Processo de produção  
do polvilho da mandioca.



Processo de produção  
do polvilho da araruta.



Algumas dessas produções artesanais são fonte de renda complementar para algumas famílias até os dias de hoje, como os crochês feitos por Dona Ana e por Sônia, os remédios feitos pelo senhor Juca, um senhor com muito conhecimento sobre as plantas medicinais, principalmente as espontâneas, “de mato”, as esteiras, dentre vários outros produtos.

Além disso, as festividades também fazem parte das tradições e costumes de Carangolinha de Cima. Conforme relatam as/os moradoras/es, eram festejados os finais de colheita e as tradicionais fogueiras de São João, que geralmente aconteciam na fazenda de Dona Geralda e também de Dona Custódia. Os bailes também costumavam acontecer com frequência, quase todo final de semana, e contavam com músicos, sanfona, pandeiro e violão.

Um acontecimento marcante para a Comunidade eram as festas da Família Biata, mais especificamente a festa de aniversário da Mariquinha, esposa de João Biata. A Comunidade toda se reunia no dia 11 de outubro, véspera do feriado de Nossa Senhora Aparecida, e era considerado por muitos o “acontecimento do ano”. As/Os moradoras/es lamentam que algumas dessas festividades se perderam com o tempo, hoje em dia não acontecem mais com tanta frequência.

Festa de Dona Mariquinha, a mesma se encontra dançando de saia preta.



Haja vista a religiosidade bastante presente nessa história, muitos eventos eram e são conduzidos com base em rezas e para acompanhar datas importantes da Igreja. Na década de 60, eram realizadas as “Conferências” na casa de Dona Zica, com grupos de reza, as chamadas ladainhas. Também são citadas a Festa da Padroeira Nossa Senhora de Fátima e a Festa do Divino Espírito Santo, sendo que essa última reúne todas as Comunidades da região. Outro exemplo é o teatro, organizado pelo Darci, marido de Dona Ana, que geralmente organizava o teatro da semana santa.

Além disso, vale ressaltar outras ocupações registradas na Comunidade, que incluem as donas de casa, cuidar das/os filhas/os e crianças, agricultoras/es, artesãs/os, lavadeiras, costureiras, construtores de casa, fazedores de tijolo, carpinteiros, músicos, fazedores de cerca, serviços da roça, entre outros.

A Comunidade relata também sobre as Caminhadas Franciscanas, que tiveram suas discussões iniciadas em 2016, passando em Carangolinha de Cima em 2018, fortalecendo a luta da Comunidade contra a mineração e a favor da Agroecologia.





# Denúncias: conflitos socioambientais vivenciados pela Comunidade

A Comunidade também possui algumas denúncias de situações preocupantes que interferem na qualidade de vida. Há 16 anos chegaram os agrotóxicos, e é possível notar impactos nas águas, na alimentação e na saúde, aumentando a incidência de doenças.

Também chegaram os remédios para os animais, que antes eram tratados com fumo ou outros remédios naturais.

A mineração também vem sendo uma grande ameaça desde 1980, quando começaram a visar os bens naturais presentes na Comunidade. Em 2005, houve a tentativa de construir um mineroduto passando nas terras da Comunidade. Em 2019, houve uma ameaça da mineradora para iniciar a extração de bauxita, que até hoje tenta conseguir acesso às riquezas naturais locais, colocando uns contra os outros com suas propostas.

A Comunidade foi percebendo o clima mudando, com o passar dos tempos, e hoje consegue identificar os impactos das mudanças climáticas, alterando o tempo de plantio, como no caso do milho que este ano será plantado dois meses mais tarde, bem como as águas, que foram secando. Uma das principais minas de água, a Toca da Paca, se encontra seca atualmente. O que traz muita preocupação quanto ao futuro, principalmente, das águas da Comunidade. Com base nisso, a Comunidade entende que só com a Agroecologia será possível contrapor as mudanças climáticas.

Percebe também a perda de alguns costumes e tradições, como o plantio de arroz, que já não é feito mais em Carangolinha de Cima. Também encontra dificuldades em comercializar o que produz, o que gera transtornos e inseguranças.

A alimentação, tirando o período de escassez, anos 60 e 70, sempre foi muito rica e farta, baseada no que se planta e produz. Apesar de ainda diversa, hoje a Comunidade percebe uma queda na qualidade, havendo mais alimentos industrializados e nutricionalmente pobres comparado a anos atrás. A diminuição da diversidade nas plantações e a presença de alimentos transgênicos, além do risco de contaminar as sementes crioulas, podem prejudicar a saúde das/os moradoras/es. O índice de pessoas adoecendo tem sido cada vez maior, o que a Comunidade julga ser devido às mudanças na alimentação e pelo uso de agrotóxicos em algumas lavouras.

As crianças também sofrem ameaças, como por exemplo a chegada das drogas na Comunidade e a constante pressão do poder público para fechar a escola. Nessa disputa, a escola já chegou a ficar mais de um mês fechada, prejudicando o desenvolvimento esco-



Soberania alimentar.



lar dos pequenos. Com a ameaça de fechamento da escola, a principal demanda para as/os que desejam continuar estudando se enfraquece e a Comunidade fica dependente do poder público, que não libera as emendas necessárias e faz pouco caso das demandas comunitárias.

Além disso, vemos crescer o machismo e a violência contra a mulher, bem como o distanciamento dos mais jovens da igreja, o que preocupa, pois é o espaço mais valioso de convívio e de exercício do espírito comunitário.

Crianças no pátio da escola.





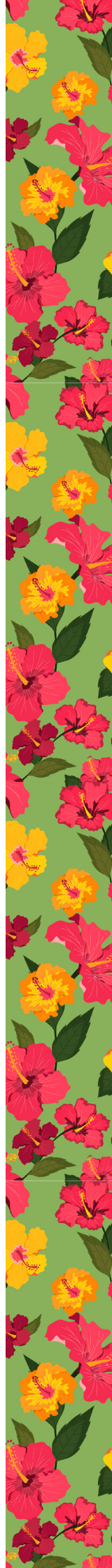
## Anúncios: a diversidade biocultural e a resistência da Comunidade

A Comunidade tem muito que se orgulhar e anunciar sobre o que se planta e colhe, no sentido literal e poético de suas vidas. A organização comunitária, pensando na solidariedade e no bem de todas/os as/os moradoras/es, é exemplar. Há um diferencial que enche de orgulho as/os moradoras/es. A Comunidade floresce graças à organização coletiva e ao protagonismo feminino e das crianças. Juntas/os plantam sementes de esperança e colhem frutos de solidariedade e amor através da igreja e da fé que as/os une. Acreditam na Comunidade e no poder da união, o que as/os fortalece a cada dia e as/os permite melhorar a qualidade de vida através das lutas e conquistas em conjunto.

Desde o início, as mulheres e as crianças têm sido o coração pulsante das atividades comunitárias. Elas não apenas participam, mas também lideram. Seja apresentando suas peças de teatro, suas canções, orações ou compartilhando seus pontos de vista, elas são ativas e engajadas. É emocionante ver como as vozes das crianças e das mulheres ecoam nos encontros e reuniões.

A trajetória de Carangolinha Cima também é marcada por movimentos e lutas que moldaram a Comunidade. A Comunidade estruturou a síntese desses movimentos:

- **CEBS (Comunidades Eclesiais de Base):** Nas décadas de 60 e 70, as CEBS foram fundamentais para nossa formação e conscientização.
- **Sindicatos:** Desde os anos 30 até hoje, lutamos pelos direitos das/os trabalhadoras/es.
- **CPT (Comissão Pastoral da Terra):** Defendemos a justiça no campo e a reforma agrária. Assessoria no campo, presença profética e afetiva junto às camponesas e aos camponeses. Defesa e cuidado com a vida.
- **CTA (Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata):** Nosso compromisso com a tecnologia social e a Agroecologia é inegociável, e buscamos parceiros que se comprometam com o mesmo.
- **Polo Agroecológico “A gente é”:** Um espaço de aprendizado e troca de conhecimentos. Espaço de articulação do Território da Serra do Brigadeiro.
- **Movimento Alternativo de Saúde (Rosa Maria Fortini):** Valorizamos práticas de cura naturais. Se espalhou como rama de abóbora, floriu por todo canto. Cura nossa terra e nossa gente.
- **Educação Popular:** Empoderamos nossa Comunidade através do conhecimento. Fortalece a Comunidade, dá voz e vez às pessoas. Possibilita conhecimento das causas e criatividade para resolver os desafios cotidianos.
- **Seminário Terra, Água e Espiritualidade 2022:** Um marco em nossa história, onde lutamos pela valorização dos nossos recursos naturais.
- **Emendas:** Buscamos recursos para melhorias locais através do poder público.
- **Plantio de Água:** Cuidamos dos recursos hídricos e nos importamos com a qualidade das nossas águas, bem como com a quantidade.
- **Acesso a Ensino Técnico e Superior:** Investimos no futuro das crianças e lutamos para trazer uma educação de qualidade para nossa Comunidade.
- **Preservação das Matas:** Protegemos nossa biodiversidade.
- **PROTOCOLO 2024:** Um compromisso com o resgate e preservação da nossa história, relembrando o passado, registrando o presente e lutando pelo futuro. Aqui, nos unimos com o propósito de buscar ferramentas que garantam nossos direitos de permanência na terra, nos proteja de ameaças e nos traga qualidade de vida.
- **Luta e Resistência contra Agrotóxicos e Mineração:** Defendemos nossa terra, água, biodiversidade e a saúde, buscando uma agricultura de qualidade, respeito e sustentável.
- **Acervo Biocultural do Grupo Entre Folhas:** Cultivamos saberes ancestrais e com essa parceria pudemos construir juntas/os esse Protocolo.
- **Pátio da Igreja:** Nosso espaço de convívio e celebração. Aqui é onde nossa luta toma forma, nos sentimos acolhidas/os e praticamos o espírito comunitário. É nosso principal local de manifestação da fé
- **Coleta de Lixo:** Cuidamos do nosso ambiente.



## Quintais biodiversos

No quintal de toda casa da Comunidade de Carangolinha de Cima, são encontradas diversidade de plantas utilizadas na alimentação: amora, abóbora, feijão, mandioca, inhame, banana, quiabo, milho crioulo, alho, cana, jabuticaba, laranja, ameixa, mexerica, açafraão, batata yacon, manga, acerola, entre tantas outras; além da diversidade de plantas medicinais e de animais (peru, galinha, porco, peixe, galinha da angola, cabra, vaca, pato, entre outros).

O quintal é o local relatado pelas famílias como o espaço mais pulsante da Comunidade. No mesmo quintal cabe uma horta, que fornece verduras e legumes, uma nascente, que fornece água, flores que enfeitam, muitas plantas de chá, diversos pés de fruta e um banco de madeira para acolher os visitantes.

O espaço também é reconhecido como local de experimentação. As famílias têm o hábito de plantar ao redor de suas casas várias sementes, para avaliar se vão brotar, se vão produzir, antes de fazer os plantios de roça. Por estar no entorno da casa é mais fácil observar o desenvolvimento das sementes todo dia. Assim, as famílias não correm o risco de fazer uma grande plantação e depois dar errado.

Para as/os moradoras/es da Comunidade o quintal é a farmácia mais perto, é o supermercado mais acessível e é a primeira escola para muitos. Este espaço também tem muita relação com a organização da Comunidade, pois as primeiras reuniões e encontros sempre se dão no quintal de alguma das famílias, na sombra de uma árvore. O espaço do quintal tem forte ligação também com as infâncias das crianças da Comunidade, que tem o hábito de se reunir no fim da tarde para brincar de pique no quintal, e é neste espaço que a vida acontece.

Além disso, uma característica forte dos quintais biodiversos da Comunidade é a sua ligação com as mulheres. O prazer em cuidar do quintal é muitas vezes relatado pelas mulheres da Comunidade.





Agrobiodiversidade dos quintais da Comunidade.



## Artesanato

O artesanato é uma expressão da cultura de Carangolinha de Cima. A Comunidade produz: tapetes, crochês, peneiras, balaios, cestos, abanos, panhadeiras (cesto grande de panhar café), panos de prato, entre outros.

Para a produção artesanal das peneiras, balaios, abanos e panhadeiras foi utilizado, por muito tempo, a taquara, retirada na mata dos quintais das famílias.



Crochês, Balaio de taquara para  
ninho de galinha e horta de bambu.



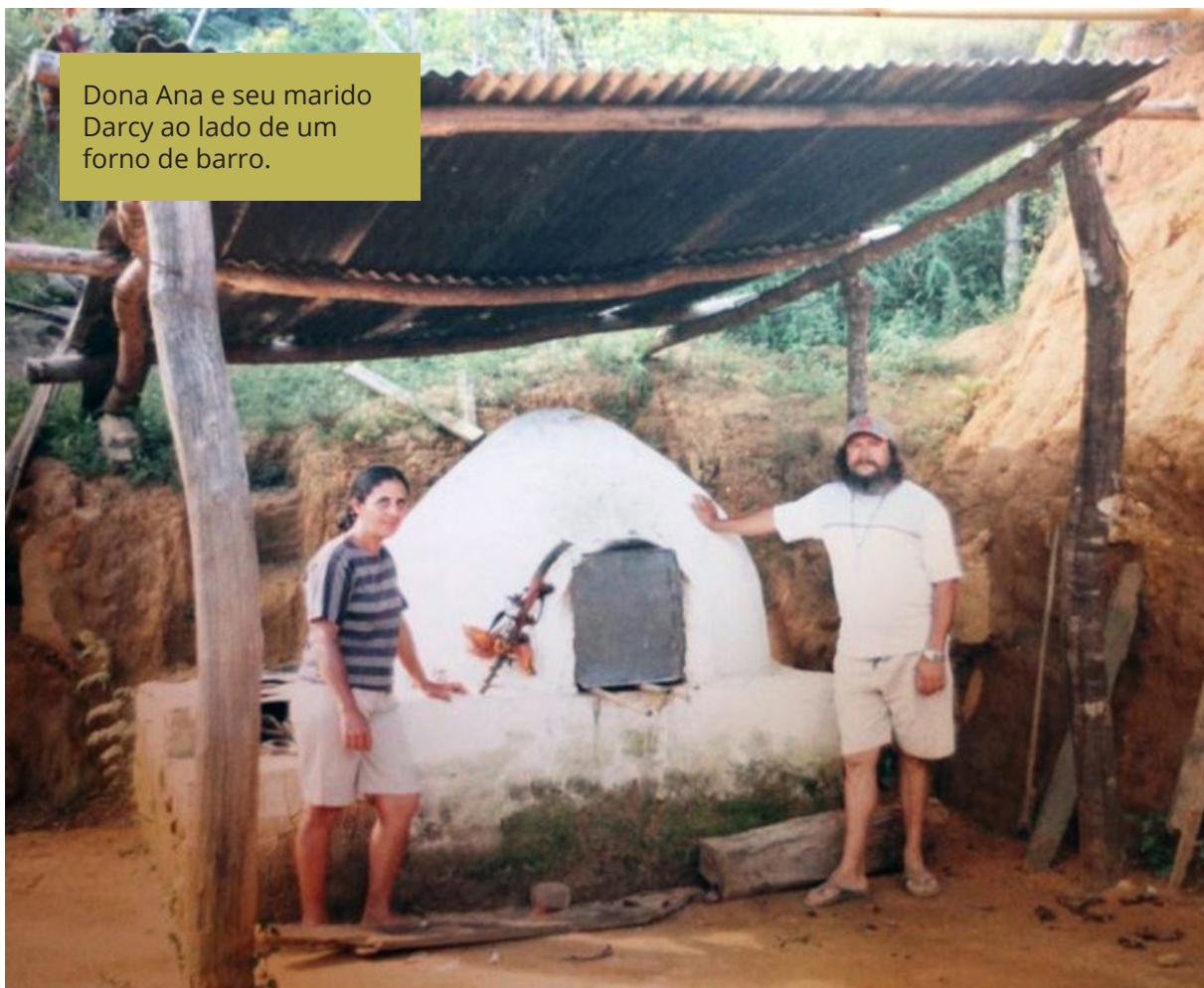
## Tecnologias Sociais e Saberes Ancestrais

Em Carangolinha de Cima podemos encontrar diversas tecnologias sociais<sup>1</sup> como: o forno a barro, a fossa biodigestora, o engenho de cana, o fogão a lenha, o moinho d'água e elétrico, os remédios tradicionais de plantas.

As pessoas da Comunidade detêm conhecimento sobre a construção e uso das tecnologias sociais.



Antiga bica de água.



Dona Ana e seu marido Darcy ao lado de um forno de barro.

<sup>1</sup> Tecnologia social é um conjunto de técnicas, métodos e produtos que surgem da interação entre o conhecimento popular e científico, e que visam a resolver problemas de comunidades ou grupos de pessoas, gerando autonomia. São simples e facilmente reproduzidas.



Fogão de lenha.



Engenho de cana.



## Receitas tradicionais

A culinária em Carangolinha de Cima é rica e diversificada. Entre as receitas tradicionais estão: o biscoito de polvilho, a broa, o fubá suado, o bolo de arroz e queijo, o doce de abóbora, entre muitas outras. Lá encontramos polvilho, farinha, amendoim e torrefação de café. A Comunidade valoriza a alimentação saudável.

Algumas das receitas tradicionais da Comunidade:

### Biscoito de Polvilho

- 1 prato de polvilho cheio
- 1 prato de gordura
- 1 prato de água
- 7 a 9 ovos



#### Preparo:

Faça um escaldado com a gordura, a água e um pouco de sal, despeje sobre o polvilho mexa até ficar morno. Vai colocando os ovos, mexa até desaparecer os gruminhos. Coloque a massa em sacola e esprema em folhas de bananeira. Asse no forno de lenha.



### Fubá suado

Em uma panela coloque uma colher de gordura e uma pitada de sal, coloque meio quilo de fubá e um copo de água, mexa bem, coloque a panela tampada, em fogo baixo. O suor da tampa vai cozinhado o fubá. Vai mexendo de vez em quando e se precisar pingando mais água.

### Angu doce

Em uma panela coloque meio litro de água e meia rapadura. Vai colocando o fubá aos poucos até criar consistência de angu. Deixe cozinhar bem, depois de pronto coloque um pedaço de queijo à vontade.

### Broa de melado

Aqueça meio litro de melado com um copo de água, coloque sobre o melado quente uma colher de chá de bicarbonato, mexa bem. Ainda morno coloque duas colheres de gordura, um ovo, uma pitada de sal, um copo de leite, vá colocando fubá até a massa pegar consistência (fica uma massa mole). Coloque em uma forma untada e leve pra assar.

### Broa de fubá

- 2 ovos
- 2 copos de leite
- 1/2 copo de gordura
- 2 copos de açúcar
- 2 copos de farinha de trigo com fermento
- 1 colher de fermento químico

#### Preparo:

No liquidificador coloque o leite o açúcar a gordura e os ovos, bata bem, vai colocando o fubá e o trigo aos poucos, por último acrescente o fermento químico. Coloque em uma forma untada e leve para assar.

### Broa de arroz

Em um recipiente coloque um litro de leite, três copos de farinha de arroz, coloque 2 copos de batata doce cozida, 1 copo de inhame cozido, deixe descansar por aproximadamente 4 horas. Depois acrescente 2 ovos, 2 copos de açúcar, 1 copo de gordura e farinha de arroz até dar o ponto na massa. Coloque nos balainhos feitos com folha de bananeira (ou em uma forma untada).



### Doce de raiz de mamão

- 1 kg de raiz de mamão ralado
- 800 g de açúcar
- 1 l de leite

#### Preparo:

Cozinhe a raiz do mamão junto com leite por aproximadamente 2 horas, coloque o açúcar e vai mexendo até dar consistência de doce mole.

### Farinha de fubá torrado

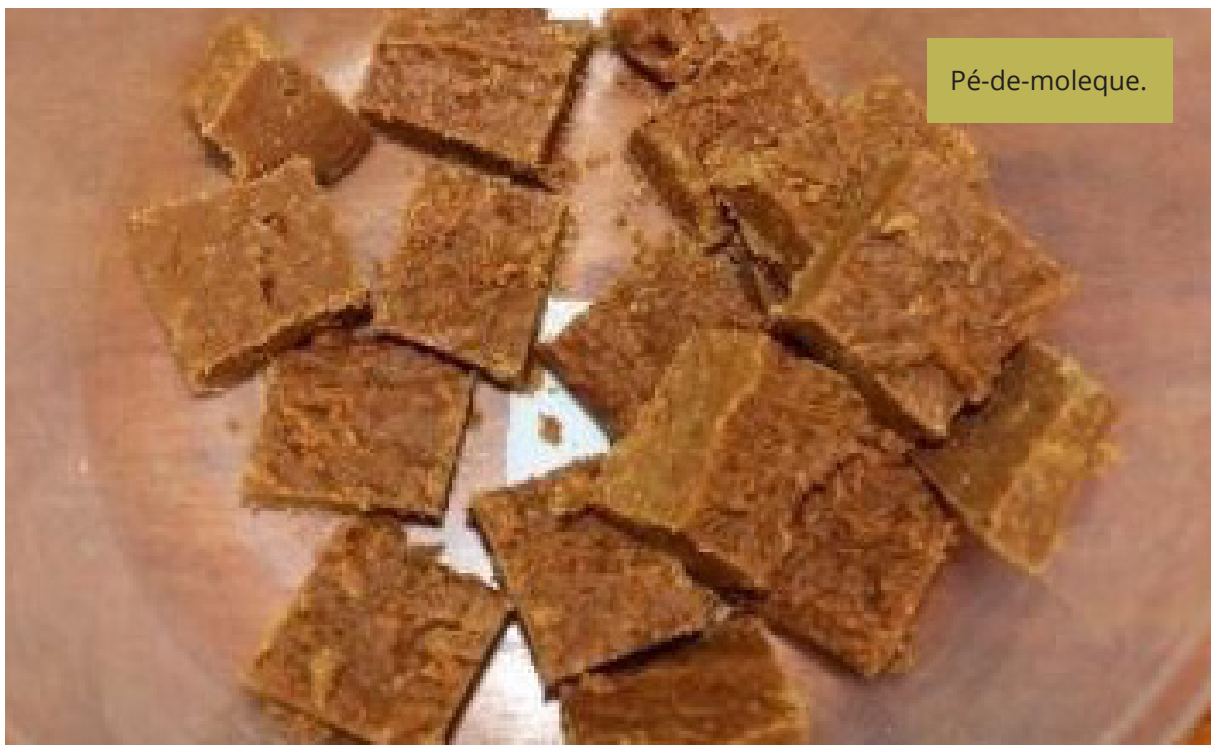
Em um recipiente umedeça 1kg de fubá com 1 copo de soro de leite. Deixe descansar por 12 horas. Depois, em uma panela coloque o fubá umedecido com três colheres de gordura em fogo baixo, vai mexendo sem parar até ficar torrado. Depois de torrado passe na peneira.

### Pau a pique

- 3 copos de fubá
- 2 copos de açúcar
- 1 copo de gordura
- 3 ovos
- 1/2 copo de leite
- 1 colher rasa de bicarbonato
- Queijo ralado a gosto

### Preparo:

Em uma tigela misture todos os ingredientes até formar uma massa homogênea. Vai colocando nas folhas de bananeira enroladinho. Leve pra assar.



## Plantas Medicinais e Saberes Ancestrais

A Comunidade de Carangolinha de Cima possui uma longa história envolvendo as plantas medicinais. São usadas para o cuidado espiritual, mental, emocional e físico, para a saúde das pessoas, animais e plantas que fazem parte da Comunidade.

Algumas das mulheres mais antigas de Carangolinha de Cima são apontadas como referências nos cuidados da saúde com as plantas. As parteiras, benzedeiros e rezadeiras, sempre tiveram as plantas medicinais como pilares no cuidado da Comunidade. Não apenas utilizando as plantas para partos e benzeções, mas também orientando as/os moradoras/es para o tratamento de enfermidades. As benzedeiros/os e raizeiros/os são guardiões/ões de saberes ancestrais importantes, que passam de geração em geração zelando pela saúde, sendo parte do patrimônio cultural. Utilizam remédios naturais feitos de plantas medicinais e também preparados homeopáticos.

As/Os moradoras/es lembram com carinho de Dona Venica, parteira e benzedeira, muito conhecida por sua espiritualidade e fé e por ser uma referência no cuidado da saúde da Comunidade através de chás, rezas, benzeções e rituais. Lembram das épocas de estiagem em que Dona Venica reunia as crianças para irem até o Cruzeiro e através de um ritual envolvendo rezas e plantas, pediam que a chuva caísse sobre a Comunidade e a seca não comprometesse a vida das/os moradoras/es. Muitas vezes Dona Venica e as pessoas que a acompanhavam já voltavam para suas casas debaixo de chuva.

Recordam também de Dona Júlia Catirino, que tinha grande conhecimento sobre a cura através das plantas e receitava muitos chás na Comunidade. Algumas das falas usadas em suas benzeções foram marcantes, e conta-se que Dona Júlia benzia e jogava os males para a areia grossa.

Outras/os conhecedoras/es dos poderes de cura das plantas medicinais que foram recordadas pela Comunidade são a Dona Maria, conhecida como mãe Preta; Dona Arminda; Dona Rita; Maria Catirina; Dona Alice, filha de Dona Júlia Catirino com Pedro Catirino; Maria Adriana (do Zé Geraldo); Zinho; Maria Delina. Todas/os realizavam benzeções e foram importantes agentes para a saúde de todas/os as/os moradoras/es da Comunidade. Hoje a Comunidade conta com o conhecimento de Ciro Constantino, Dona Ana e Sr. Juca Mateiro, que seguem contribuindo para a manutenção da saúde comunitária.

Esses cuidados, além de serem realizados através de chás e benzeções, também eram feitos com o uso de homeopatas. Antigamente a Comunidade recorria muito pouco às farmácias para comprar remédios. Essa terapia natural era usada no cuidado das pessoas, das plantações e das criações da Comunidade. Assim como benziavam as pessoas, benziavam também suas terras e seus animais.

Ainda guardam muitos dos saberes que foram compartilhados pelas/os conhecedoras/es mais antigas/os das plantas medicinais. Tal qual os saberes foram e ainda são passados através da oralidade e da prática da Comunidade, fazem a manutenção dos quintais através de uma boa prosa e do compartilhamento de mudas e sementes.

Esses saberes estão presentes nos quintais, nas memórias e práticas, compondo a socio-biodiversidade da Comunidade e sendo utilizados no cotidiano desde a infância até as idades mais avançadas. Recordam também de algumas plantas que se perderam com o tempo, como a: fumaria e a cana miúda.

Algumas das plantas medicinais encontradas nos quintais das famílias de Carangolinha de Cima e suas indicações de uso:

### **Boldo**

Estômago; dor de barriga;  
desintoxicação do fígado



### **Pé de Galinha**

Dor de barriga;  
chá trata pneumonia



### **Alecrim**

Calmante; tempero;  
revitalizar a energia; xarope;  
banho para trazer alegria



### **Tanchagem**

Infecções; trata infecção de garganta.  
Banho de sapecado



### Hortelã Pimenta

Gripe; tempero



### Hortelã Branco

Dor de dente; trata cefaléia;  
polimialgia



### Hortelã Roxa

Antibiótico; imunidade;  
chá vermífugo. Anticancerígena



### Camomila

Calmante; combate dores e inchaços;  
semente cura sinusite (rapé)



### Babosa

Hidratante capilar; cicatrizante;  
supositório



### Macaé

Estômago; dor de barriga; xarope  
com flores; desintoxicante



**Capuchinha**  
Alimento, rica em vitamina C



**Açafrão**  
Aumenta imunidade;  
dores nas juntas; tempero



**Mastruz**  
Pneumonia; machucados;  
mingau para tratar anemia



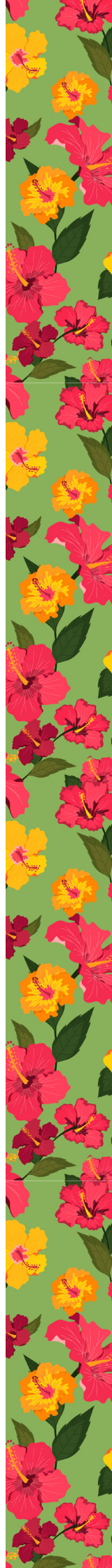
**Amorinha**  
Flor utilizada para  
infecção na bexiga



**Fumo Bravo**  
Gripes; dor de cabeça



**Beladona/Trombeta**  
Febre; dores de cabeça e de dente;  
alucinógeno



**Losna**  
Fígado



**Mil Folhas, Anador**  
Febre e dor;  
trata a cefaléia



**Jequiri**  
Depurativo; mastigar as folhas,  
chá, mingau - antibiótico



**Melão de São Caetano**  
Contra febre e vermes



**Picão**  
Icterícia em crianças



**Tomatinho Cereja**  
Vermes; dor de dente; chá das folhas  
é antidiarreico



### Laranja Comum

Gripe; fonte de vitamina C;  
chá das folhas trata cefaleia



### Graviola

Previne contra o câncer;  
fruto possui vitaminas



### Assa Peixe

Pulmão; tosse; abrir caminho;  
sexta-feira da paixão - sua raiz  
dá um ótimo carvão



### Terramicina

Antibiótico



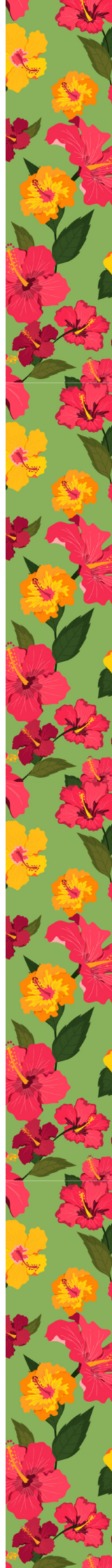
### Funcho

Calmante



### Arnica da Horta

Hipotensor



**Agrião do Brejo**  
Fazer xarope para gripe



**Serralha da Horta**  
Trata dor de estômago.  
Suco para anemia



**Batata Yacon**  
Fruto hipoglicemiante



**Mamão**  
Chá da flor para êmese



**Labrobrô**  
Rico em ferro; cicatrizante



**Pitanga**  
Folha, banho trata queda de cabelo



**Erva cidreira**  
Chá calmante e trata a gripe



**Mamona**  
Azeite medicinal  
com as sementes



**Cana**  
Chá das folhas serve para  
dor na coluna, tosse



**Fortuna**  
Colocar na testa controla a febre



Estas são apenas algumas das plantas medicinais utilizadas na Comunidade e representadas no Protocolo. Ao longo dos diálogos muitas outras plantas medicinais foram citadas, como: Aipo, Alfavaca roxa, Amora, Arrebenta pedra, Bacus, Beterraba, Boldinho, Cabará cereia, Cana de macaco, Canforim, Capim cidreira, Capim de São Bom Jesus, Carqueja, Carrapichinho do mato, Cavalinha, Cipó chumbo, Cipó de assa peixe, Cordão de frade, Couve de viado, Cravo da Índia, Dente de leão, Enfeita canteiro, Erva de Santa Luzia, Erva lagarto, Erva terrestre, Erva violeta, Eucalipto, Feijão Guandú, Flor de São João, Folha de chuchu, Fortuna, Goiaba, Guiné, Hortelã do mato, Jurubão, Levante, Limão rosa, Malva, Manjeriçom, Manjerona, Maracujá, Marmelinho, Melissa, Moranguinho, Orégano, Pau pereira, Peixinho, Poejo, Rosa Branca, Saião, Santa Maria, Sapatinho de judeu, Semente de abóbora, Uvalina. A Comunidade reconhece alguns alimentos como medicinais, por serem fontes de vitaminas, minerais, entre outros compostos importantes para a cura.



# REFLEXÃO COMUNITÁRIA SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROTOCOLO, A PARTIR DA ORALIDADE

A Comunidade considera que o Protocolo Comunitário Biocultural veio para ajudar em um problema presente desde a origem, que é a disputa por terra e território. As/os moradoras/es registram neste documento sua identidade como um povo que pratica a agricultura familiar tradicional, que defende as águas, as mata e a biodiversidade. Um povo que fez uma reforma agrária popular há 100 anos atrás, ocupando terras de fazendeiros. Os fazendeiros iam morrendo, os meeiros iam comprando aquelas terras ou herdando. Ou a terra ia ficando abandonada e os meeiros começavam a cultivar e formar suas casas. Grandes propriedades foram divididas e sendo cultivadas por várias famílias, dando a característica da Comunidade.

Mas, de tempo em tempo, o território é ameaçado. É uma mineradora que quer tomar a terra. É a criação do Parque, que o povo, inicialmente, não entendia, e achava que ia tomar a terra, em função de morar dentro do Parque. Aí veio a cota mil, definindo que só ia ser Parque acima de mil metros. Abaixo de mil metros a Comunidade ia poder continuar morando, cultivando.

Mais recentemente, nessa última década, a mineração realmente vem querendo expulsar as/os moradoras/es de seu território tradicional. E o povo, antes do Protocolo, não tinha nenhum papel, nenhum documento, para resistir enquanto Comunidade de agricultoras/es tradicionais. O povo se apegou muito neste processo e agora tem o papel, o documento comunitário para mostrar. Todas as casas têm o Protocolo.

Além disso, a Comunidade percebeu o Protocolo como muito além de um documento político, e considera que o processo de construção foi importante para o povo se reconectar com a própria identidade. Quando foram feitas as entrevistas com as seis famílias mais antigas, que são as guardiãs da Comunidade, a articulação da Comunidade sentiu a importância de ouvi-las. Perceberam o quanto de respeito é preciso pela memória do povo e do lugar, já que ouviram muitos relatos do tanto que muita gente sofreu para conquistar o território, defendendo a Comunidade, defendendo a terra.

Nesse processo, a Comunidade vem recuperando elementos importantes da ancestralidade de um território sagrado. Em 16 de janeiro de 2024, aconteceu um parto na Comunidade, houve a retomada da produção coletiva de rapadura e a religiosidade se fortaleceu, com Carangolinha de Cima fazendo parte da Vila Franciscana.

Algumas mulheres da Comunidade relembram que ainda resistem ao uso do agrotóxico, inclusive dentro das próprias famílias. Essa resistência causou a transformação, parando o uso na maioria das famílias da Comunidade. A Comunidade quer viver no território com qualidade de vida e quer que a natureza esteja viva. E vem chegando cada vez mais o agronegócio e as mulheres seguem nesta frente, literalmente com seus corpos, que é o que possuem para o enfrentamento.

No ano de concretização do Protocolo houve um aumento no interesse pela educação e formação, como no caso das meninas que fizeram um ano de curso de Agricultura Orgânica no IFES.

A Comunidade percebe o protagonismo das mulheres, no lugar de fala do enfrentamento, ao longo dos tempos. Num olhar descuidado se vê um comodismo dos homens, mas eles já fizeram muito, em outros tempos pela Comunidade, e nem sempre deu resultado. E as mulheres por insistirem e não desistirem vieram tomando a frente e agora os homens estão voltando também. Isso aconteceu muito durante os diálogos nas casas, do Protocolo. As mulheres falavam mais, mas o homem estava ali e em certo momento se sentia à vontade e começava a falar também e depois que ele falava já começava a participar das reuniões. Foi realmente reavivando a Comunidade.

As contribuições nas reuniões se deram das mais diferentes formas. Teve uma senhora que toda reunião mandava passar na casa dela pra pegar um prato de broa. Era sua forma de contribuir. Isso tudo foi levado em conta, nada foi desconsiderado. Essa construção coletiva, participativa, de ir lá colher, voltar, de refazer.

Quantas vezes a Comunidade refez. Foi muito cuidadosa. Hoje a Comunidade tem o domínio sobre o Protocolo Comunitário Biocultural. Cada moradora/or pegou isso pra si. E hoje é delas/es.



**Comunidade de  
Carangolinha de  
Cima - Divino, MG**

# **PROTOCOLO DE CONSULTA**

*"É um muro de proteção.  
Vai passar pra cá se a gente deixar"*  
(Vanilda, comunitária)

*"Documento de defesa da vida,  
que registra a esperteza das mulheres em defesa da vida"*  
(Reinaldo, CPT)

*"Igual a Dulce Maria,  
nasceu nessa luta,  
vai morrer nessa luta"*  
(Carol, comunitária)

(Entendimentos sobre o Protocolo de Consulta,  
ao logo do processo de construção coletiva)

*"Deus chama a gente para um momento novo, de caminhar junto com seu povo...  
Por isso vem, entra na roda com a gente. Você é muito importante..."*

(Trecho de música cantada no primeiro encontro da construção do  
Protocolo de Consulta na Comunidade de Carangolinha de Cima)



# PROTOCOLO DE CONSULTA

A partir do registro da identidade coletiva da Comunidade Tradicional de Carangolinha de Cima (Quem somos), no Protocolo Comunitário Biocultural, foi estruturado o Protocolo de Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-Fé. Esse documento é previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002, reconhecendo em seu artigo 1º o direito de autorreconhecimento das comunidades tradicionais e em seus artigos 6º e 7º o direito de serem consultadas/os sobre decisões que afetem seus modos de vida e territórios a partir de suas próprias prioridades e instituições representativas. Quaisquer organizações, sejam privadas ou públicas, devem seguir o Protocolo de Consulta desta Comunidade.

Este protocolo se estrutura a partir das seguintes perguntas:

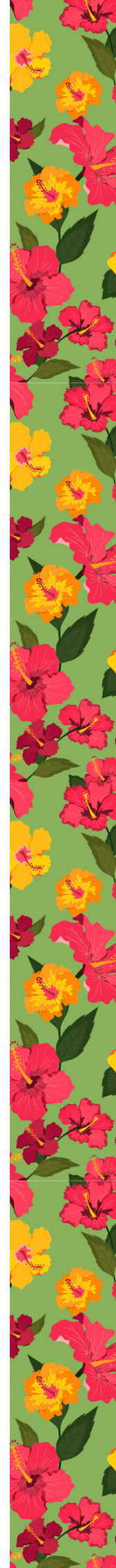
## Como nos organizamos?

A Comunidade de Carangolinha de Cima tem as reuniões comunitárias dos Grupos de Reflexão, da Igreja Católica, como um espaço importante de mobilização e articulação das famílias, realizadas semanalmente. As discussões dos Grupos de Reflexão são compartilhadas nas plenárias mensais. Tais grupos e suas plenárias foram estruturais para a construção e validação deste Protocolo de Consulta.

No entanto, o espaço central de diálogo da Comunidade é o Conselho Pastoral Comunitário (CPC), que é considerado pelas/os comunitárias/os como “o nosso jeito” de discutir temáticas importantes e de tomar as decisões coletivas. As reuniões deste Conselho são os espaços que favorecem a participação de todas as famílias, em função de ser comunitário e não religioso, possibilitando a presença de pessoas da Comunidade que vivenciam outras religiões. O CPC pode chamar Assembleias Gerais Comunitárias, quando necessário, envolvendo todas as famílias.

A Comunidade também conta com uma Coordenação Comunitária, que é escolhida pelas famílias, e ocupa essa função no período de 2 anos, recebendo e partilhando as informações e demandas, bem como articulando os diálogos e encaminhamentos das decisões.

Além disso, em Carangolinha de Cima acontecem os Encontros das Mulheres, também fundamental na mobilização e nas discussões, e o Núcleo da Fraternidade Franciscana, outro importante caminho de diálogo.



## Sobre o que devemos ser consultadas/os?

A Comunidade deve ser consultada sobre tudo que acontecer e afetar o território, quando não for a própria Comunidade que estiver organizando. Sobre qualquer assunto que envolva a Comunidade ou qualquer ação que tenha intenções dentro do território tradicional comunitário e a zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Sobre qualquer projeto de empresas, órgãos públicos, instituições de ensino, pessoas físicas, jurídicas, instituições religiosas, entre outras, devemos ser consultadas/os.

Sabemos que pela Convenção 169 da OIT é dever e obrigação do Estado consultar todos os povos e comunidades tradicionais. Por isso, entendemos como ilegítima qualquer consulta que seja conduzida por agentes privados quando se tratar de projetos licenciados pelos órgãos estatais.

Entendemos que a diversidade biocultural da Comunidade depende da Conservação da área do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Parque Estadual Serra dos Puri), assim como da conservação de elementos essenciais à vida e sua diversidade, como por exemplo os recursos hídricos. Em Divino, existe a lei municipal Nº 2.094, de 16 de março de 2022 que institui o patrimônio hídrico da cidade e sua proteção.

Estão contemplados na lei não apenas os cursos d'água, nascentes, lagos etc, mas também áreas ao redor que têm importância para a história, cultura, ciência, natureza e sociedade da região. Isso implica que qualquer local ou elemento que esteja de alguma forma ligado ao uso ou à preservação da água, será considerado parte do patrimônio hídrico do município e, portanto, deverá ser preservado e protegido.

## Quando devemos ser consultadas/os?

Bem antes da ocorrência de qualquer atividade externa na Comunidade; com a Comunidade bem informada; e usando o tempo necessário para entender sobre qualquer ação. A Consulta tem que ser prévia a qualquer projeto, bem como prévia aos estudos de impacto ambiental e social, prévia ao licenciamento ambiental, quando houver.

A Comunidade não poderá avaliar as propostas nos meses de janeiro, maio (Festa da Padroeira) e nos meses de colheita (maio a junho). Deve-se também respeitar o **calen-**

**dário religioso** da Comunidade (ver [página 47](#)). Nessas datas e períodos a Comunidade poderá receber o comunicado formal (por escrito), mas é preciso respeitar o tempo para as reuniões e para a decisão da Comunidade. O tempo de resposta comunitária é de, no mínimo, 30 dias após o recebimento. Com exceção de situações com urgência para a Comunidade.

## Quem deve ser consultada/o?

Todo mundo da Comunidade de Carangolinha de Cima deve ser consultado. A consulta a todas as famílias da Comunidade será feita por meio do Conselho Pastoral Comunitário (CPC), que é um órgão comunitário e não religioso. Desta forma, todas as pessoas da Comunidade, independentemente de sua religião podem participar.

## Quem fala em nome da Comunidade?

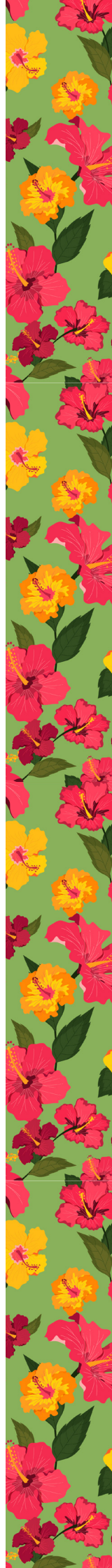
A Coordenação Comunitária<sup>1</sup> recebe o comunicado formal e encaminha ao Conselho Pastoral Comunitário (CPC) para organizar as reuniões junto às famílias da Comunidade. O CPC fica responsável por receber da coordenação o comunicado, discutir com a Comunidade, fazer os encaminhamentos e responder.

## Quem toma as decisões?

O CPC, como organização comunitária, deve organizar reuniões com toda a Comunidade. Deve ocorrer votação aberta em Assembleia Comunitária para a tomada de decisão.

A decisão deve acontecer em acordo entre todas/os as/os presentes. Caso não haja acordo, a decisão será tomada pela maioria das/os presentes (60% + 1). Deve ser respeitado o tempo de resposta estipulado pela Comunidade, de acordo com suas determinações.

<sup>1</sup> Representante da comunidade eleita/o para atuar na função, com vigência de dois anos.



# Como devemos ser consultados? Como é tomada a decisão? Como o processo encerra?

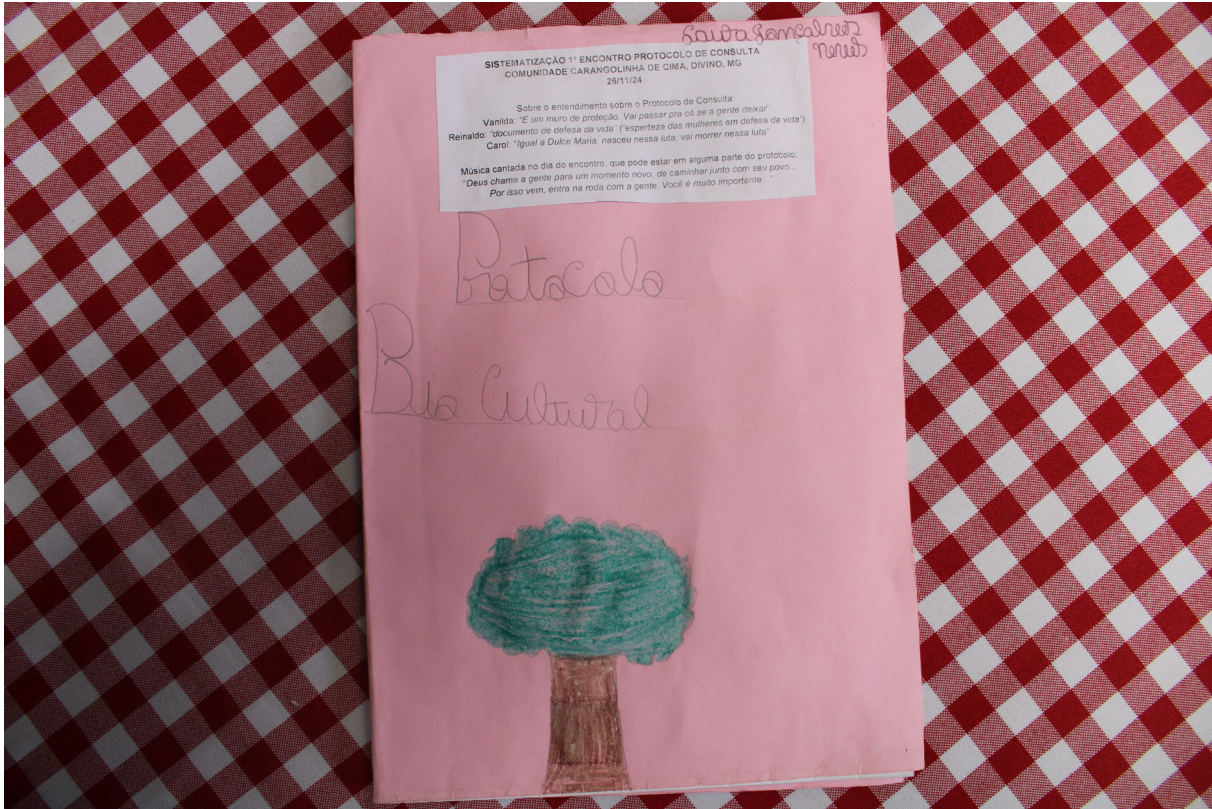
Deverão ser respeitadas as seguintes etapas mínimas:

1. Enviar a proposta por **escrito**, assinada, de forma clara, transparente, detalhada e com linguagem acessível, à Coordenação da Comunidade, que encaminha ao CPC e para todas as famílias;
2. CPC sistematiza e organiza os encaminhamentos para as reuniões comunitárias;
3. Tempo e número de reuniões comunitárias: o quanto for necessário, até que a proposta esteja completamente entendida por todas/os. Todas as famílias da Comunidade devem ser consultadas;
4. Nas reuniões para debater a proposta, a Comunidade pode negar, sugerir mudanças, aceitar, pedir alterações, entre outros;
5. O processo se encerra por decisão da Comunidade. A decisão é tomada em Assembleia Comunitária, em consenso, ou quando não for possível pela votação, decisão pela maioria das/os presentes (60% das/os presentes + 1);
6. O processo se encerra com a resposta feita pelo CPC, a partir da decisão tomada em Assembleia. O tempo de resposta é de, no mínimo, 30 dias, respeitando as restrições de calendário religioso e comunitário.

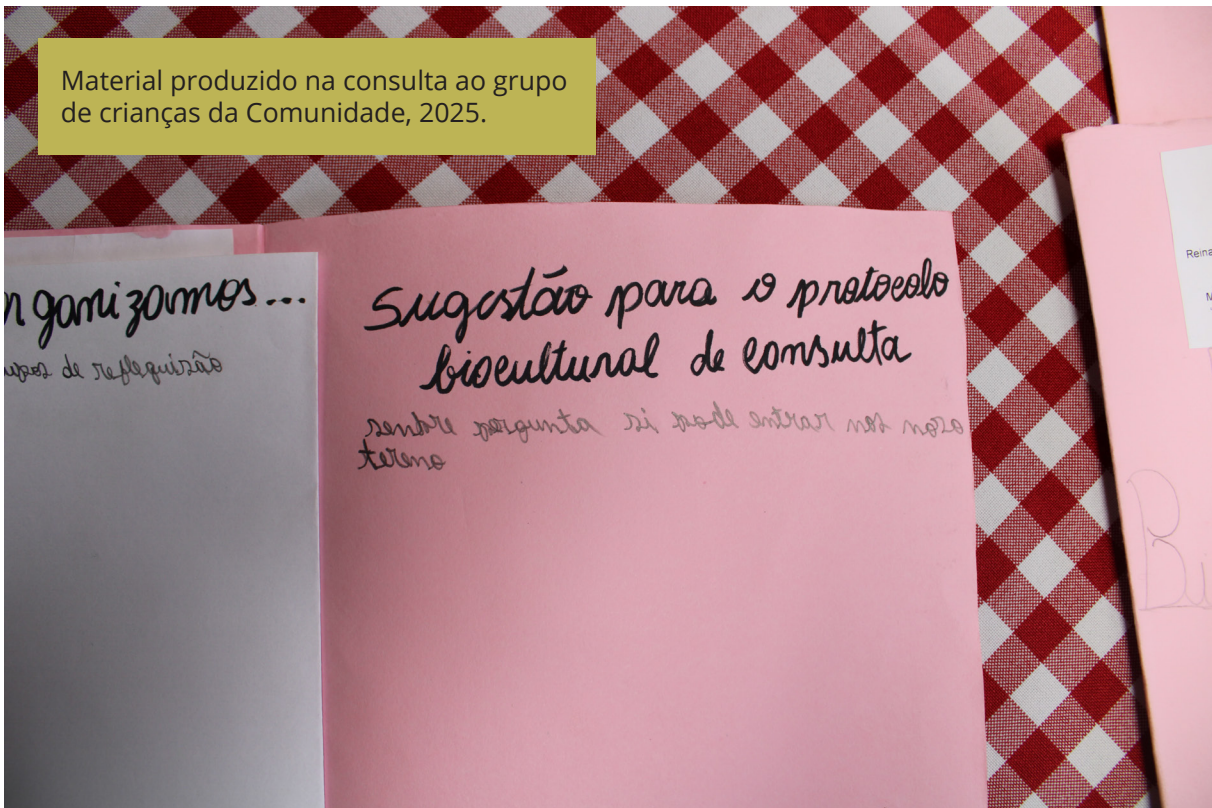
A consulta prévia tem como finalidade chegar a um acordo ou obter o consentimento da comunidade. A nossa decisão deverá ser respeitada. Portanto, para qualquer projeto que venha a ameaçar a vida, nosso território e o bem estar da nossa comunidade, temos o direito de dizer não.

O Protocolo de Consulta é um documento comunitário, que foi produzido por meio de processo participativo, em diversos encontros, envolvendo todas as famílias da Comunidade. Nesse processo todas as pessoas da Comunidade foram ouvidas. Para tal, foram produzidos materiais com linguagem adequada para cada público. Um exemplo disso, é o material produzido na consulta ao grupo de crianças da Comunidade.

Para que o Protocolo de Consulta seja alterado dependerá do interesse da Comunidade, novos encontros e nova consulta interna de todas as famílias e grupos, bem como da votação em Assembleia Comunitária (por maioria, 60% das/os presentes +1).



Material produzido na consulta ao grupo  
de crianças da Comunidade, 2025.



# Anotações



